

SANDRA RETAMIRO MORENO

**ESPAÇOS LUSÓFONOS: UMA ABORDAGEM ENTRE
BRASIL E PORTUGAL**

Dissertação apresentada à Universidade
Presbiteriana Mackenzie, como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos

São Paulo

2007

SANDRA RETAMIRO MORENO

**ESPAÇOS LUSÓFONOS: UMA ABORDAGEM ENTRE
BRASIL E PORTUGAL**

Dissertação apresentada à Universidade
Presbiteriana Mackenzie, como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Letras.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^a. Dr^a Vera Lúcia Crevin da Silva
USP – Universidade de São Paulo

Prof^a. Dr^a. Regina Helena Pires de Brito
Universidade Presbiteriana Mackenzie

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda sabedoria e conhecimento, que nos capacita para as mais árduas tarefas, pois "tudo posso naquele que me fortalece" (Filipenses 4.13).

Ao meu esposo Antônio Carlos, aos meus filhos Camila, Rafael e Daniel, aos meus pais Odalice e Aparecido, por todo amor e carinho.

A minha amiga Silvana pelo apoio.

À Prof^a Dr^a Neusa Maria de Oliveira Barbosa Bastos pela dedicação e paciência.

À Prof^a Dr^a Regina Helena Pires de Brito, pessoa tão especial e querida, pelo apoio.

Aos meus amados irmãos em Cristo que intercederam pela minha vida até aqui.

Este trabalho foi financiado em parte pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie, através do Fundo Mackenzie de Pesquisa – MACKPESQUISA.

A linguagem e a vida são uma coisa só. Quem não fizer do idioma o espelho de sua personalidade não vive [...]. O idioma é a única porta para o infinito, mas infelizmente está oculto sob montanha de cinzas (João Guimarães Rosa).

RESUMO

Falar uma língua é a condição necessária dos sujeitos de uma dada sociedade, de uma determinada nação. Essa questão diz respeito à autonomia das pessoas, em sua identidade e em sua autodeterminação, bem como ao estabelecimento e à manutenção de relações sociais. Levando isso em consideração, o objetivo geral deste estudo é analisar dois discursos jornalísticos de espaços diferentes (Portugal e Brasil) em mídia escrita, considerando uma mesma temática (educação). O estudo foi feito sob a perspectiva da análise do discurso (AD), de orientação francesa, para se estabelecerem as semelhanças e as diferenças existentes nesses discursos na modalidade discursiva jornalística, tornando possível, portanto, refletir sobre a cenografia construída no discurso e fazer o levantamento, na construção do discurso, das marcas lingüísticas da formação discursiva e da formação ideológica.

Palavras-chave: Lusofonia. Cenografia. Ideologia. Análise do Discurso.

ABSTRACT

Speaking a language is the necessary condition of an individual that belongs to a society, of a certain nation. This subject concerns the autonomy of the people, in their identity and self-determination, as well as to the establishment and the maintenance of social relationships. Taking that into account, this study will analyze two journalistic speeches of different spaces (Brazil and Portugal) in written media, considering the same theme (education). The study was made under the perspective of the analysis of the speech (AD), of French orientation, to establish the similarities and the existent differences of these speeches in the journalistic discursive modality, turning possible, therefore, to think about the scenography built in the speech and increasing the construction of the speech of the linguistic marks of the discursive formation and of the ideological formation.

Keywords: Lusofonia. Scenography. Ideology. Analysis of the Speech.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 8 |
| O DISCURSO JORNALÍSTICO DA MÍDIA ESCRITA..... | 12 |
| 1.1 BREVE HISTÓRICO | 12 |
| 1.2. JORNALISMO REGIONAL..... | 19 |
| 1.3 A LINGUAGEM DO JORNAL | 21 |
| 1.4 O DISCURSO JORNALÍSTICO..... | 24 |
| 1.5. O GÊNERO..... | 28 |
| 1.5.1 O GÊNERO NOTÍCIA | 32 |
| ASPECTOS RELEVANTES: | 38 |
| A CULTURA, A IDEOLOGIA E A CENOGRAFIA | 38 |
| 2.1 A CULTURA..... | 38 |
| 2.2 A IDEOLOGIA | 46 |
| 2.3 A CENOGRAFIA | 53 |
| ANÁLISE DO CORPUS | 61 |
| 3.1 O CORPUS..... | 61 |
| 3.2. AS MARCAS CULTURAIS..... | 65 |
| 3.3. ASPECTOS IDEOLÓGICOS | 72 |
| 3.4. ASPECTOS CENOGRÁFICOS | 78 |
| 3.4.1 A CENA DE ENUNCIÇÃO INSTITUÍDA NAS NOTÍCIAS DE PORTUGAL E BRASIL.. | 78 |
| 3.4.1.1. A QUESTÃO DO ENUNCIADOR E CO-ENUNCIADOR | 79 |
| 3.4.1.2. A QUESTÃO DA SUBJETIVIDADE..... | 85 |
| 3.4.1.3. A QUESTÃO DO OUTRO NO DISCURSO..... | 86 |
| 3.4.1.4 A QUESTÃO TEMPO | 89 |
| 3.4.1.5. A QUESTÃO DO ESPAÇO | 92 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 99 |
| DOCUMENTOS ELETRÔNICOS..... | 102 |
| ANEXOS..... | 104 |

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo geral deste estudo é analisar dois discursos jornalísticos¹ de espaços diferentes (Portugal e Brasil) em mídia escrita, considerando uma mesma temática (educação), sob a perspectiva da análise do discurso (AD) de orientação francesa, para se estabelecer as semelhanças e as diferenças existentes nesses discursos. Para isso, serão utilizados os procedimentos teóricos metodológicos da Análise do Discurso com base em Maingueneau, no que se refere à cenografia (2005), bem como em Fiorin (1999) e em Orlandi (2003), no que tange à questão ideológica. Os objetivos específicos são dois: primeiro, analisar a cenografia construída pelo discurso; segundo, fazer o levantamento, na construção do discurso, das marcas lingüísticas da formação discursiva e da formação ideológica.

Parte-se, então, do princípio de que as relações sociais criadas entre os indivíduos sempre foram feitas por meio da linguagem, especificamente por meio da língua, e se considera o caráter de alteridade da língua, acreditando que o sujeito constrói sua identidade biográfica e psicológica factualmente reconhecível por meio dela. Essa interação é um acontecimento único e condição específica para que um

¹ Textos nos Anexos 1 e 2.

enunciador, em determinado lugar e tempo, possa produzir enunciação. Esse ato nunca se repete da mesma forma, uma vez que ele está sujeito às regras instituídas pelos envolvidos, na interação, conforme as circunstâncias, o papel dos participantes, suas intenções e inferências para o sucesso da mesma.

Essas condições de produção do ato de linguagem, que o torna único, são resultantes da mobilização do interdiscurso, “[...] definido como aquilo que se fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2003, p 31).

O ato de linguagem é, deste modo, definido como uma atividade discursiva em que a memória (o interdiscurso) representa “o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2003, p.31), a qual determina a formulação do sentido (o intradiscurso) colocando assim a língua em funcionamento, comprometida com as circunstâncias em que é gerada, por alguém e para alguém.

Reconhecer essa natureza da língua, nesse conjunto, é, sobretudo, valorizar seu caráter dinâmico, considerando-a como a instância de informações, que leva em conta a enunciação e não somente a frase.

Dessa forma, configura-se uma nova postura diante dos fatos de linguagem, que “levou ao aparecimento de propostas teóricas diversas que concebem o texto, e não mais a frase, como unidade de sentido e que consideram, portanto, que o sentido da frase depende do sentido do texto” (BARROS, 2006, p.6).

O objetivo apresentado por esse estudo é a análise de dois textos jornalísticos, pertencentes a espaços lusófonos diferentes, que têm como ponto comum o mesmo idioma, o português, e que são veiculados pelo mesmo meio de comunicação, o jornal. Busca-se verificar, não só a linguagem, mas a construção do sentido nesses textos, considerando que o texto mostra um discurso revelado pela linguagem.

Entre os discursos da mídia escrita, escolheu-se o discurso jornalístico (que tem certo prestígio na sociedade contemporânea), o qual se desdobra em diferentes gêneros do discurso para comunicar *verdades* à sociedade de massa² do mundo atual, pois é também uma expressão *sui generes* da linguagem.

Acredita-se, então, que a reconstrução da cenografia possibilita, além da apreensão da ideologia, tecer comparações sobre aspectos contemporâneos do processo comunicativo de falantes pertencentes a espaços lusófonos diferentes. Ressalta-se, ainda, que se trata de uma pesquisa de jornais regionais, com temas regionais, o que poderá resgatar a língua nessa sua realização peculiar.

Para que a análise proposta por esse trabalho seja realizada, o capítulo I fará um breve histórico sobre o jornal da mídia escrita, trazendo a definição sobre o jornal regional; o tipo de público e o valor atribuído ao jornal pelo público, e algumas

² Entende-se massa a partir de Caldas (2000, p.22): “A rigor, o conceito de sociedade de massa surgiu a partir da última metade do século XIX quando na Europa Ocidental de passo com a Revolução Industrial criam-se as condições sociais e políticas que determinam o surgimento da moderna sociedade de classes. Desde então, a noção ‘povo’ passou sistematicamente a ser substituída pelo conceito ‘massa’”.

considerações teóricas sobre a linguagem do jornal, sobre o discurso jornalístico e sobre o gênero notícia.

O capítulo II mostrará considerações gerais acerca da cultura e da lusofonia, bem como considerações teóricas sobre ideologia e sobre cenografia, buscando compreender como as construções ideológicas e cenográficas são partes importantes para a interpretação dos textos jornalísticos.

No capítulo III, será realizada uma análise das notícias dos jornais de Portugal e do Brasil, para, a partir de tudo o que foi exposto, observar-se os efeitos de sentido das construções ideológicas e cenográficas dos espaços lusófonos. Nas considerações finais, o trabalho será finalizado, mostrando-se, com clareza, que as notícias dos dois espaços lusófonos distintos contribuíram para o reconhecimento de características culturais distintas.

CAPÍTULO I

O DISCURSO JORNALÍSTICO DA MÍDIA ESCRITA

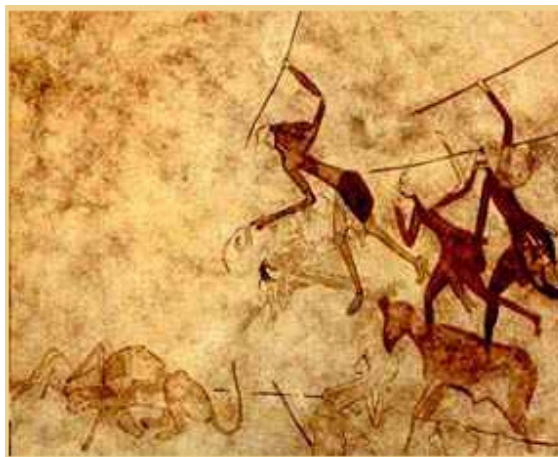
1.1 BREVE HISTÓRICO

Antes de abordar a questão do discurso com relação ao texto jornalístico, é necessário que algumas considerações sobre a história do jornalismo sejam apresentadas.

A linguagem humana, desde o homem primitivo, sofreu várias transformações, passando do código oral para o código escrito. Há cerca de 400 mil anos, segundo pesquisas arqueológicas, o cérebro dos homens não era suficientemente desenvolvido para linguagem oral. Por isso, acredita-se que o modo de comunicação era similar a dos animais, por meio de grunhidos e gestos. Acredita-se que o surgimento da fala só aconteceu cerca de 100 mil a.C. a 300 mil a.C, pelas condições físicas adequadas para a oralidade que os homens de Neandertal e os Homo-Sapiens apresentavam, bem como pela necessidade de comunicação entre esses homens.

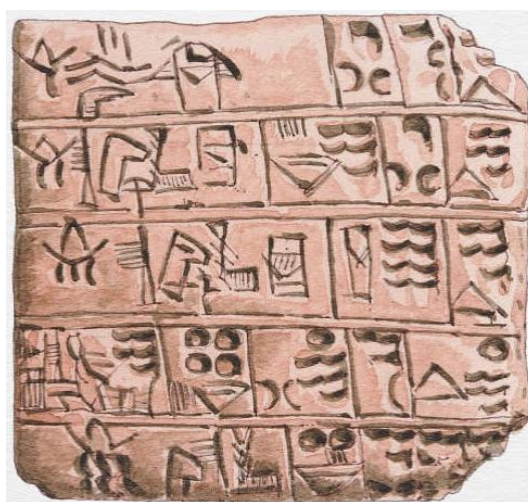
Dando seqüência ao desenvolvimento da linguagem, a história da escrita iniciou-se com os desenhos rupestres, que eram pinturas feitas com sangue de animais, argila e

seiva de plantas, geralmente reproduzindo cenas da vida primitiva e figuras de animais nas paredes das cavernas, como pode ser visto na ilustração a seguir:



Pintura rupestre - norte da África

Depois, por volta de 3000 a.C., os sumérios, na Mesopotâmia, criaram a escrita cuneiforme, feita em placas de argila, cuja interpretação não é possível realizar plenamente, uma vez que o significado dos símbolos é irregular.



Exemplo de escrita cuneiforme suméria

Com o passar do tempo, esse sistema serviu de base para que os orientais desenvolvessem a linguagem logo-silábica, que foi aperfeiçoada pelos egípcios. Acredita-se que os fenícios foram os primeiros a utilizarem os caracteres alfabéticos, ampliados posteriormente pelos gregos em 800 a.C., e que “hoje predomina[m] nas comunicações humanas” (COSTELLA, 2001, p.15).

Cada comunidade, entretanto, escolhe sua forma de representar simbolicamente as coisas da vida. Essa forma de se representar é um modo de manifestação sócio-cultural de uma determinada comunidade e, por isso mesmo, se modifica conforme a sociedade que a produz. O objeto desse estudo, o discurso jornalístico da mídia escrita, é hoje uma manifestação sócio-cultural apresentada por meio da linguagem escrita.

A origem do discurso jornalístico é remota. Entre os povos da Antiguidade, os romanos são considerados os inventores do jornal. Eles utilizaram a comunicação mural, que, a princípio, era feita uma vez por ano para informar sobre as leis e os eventos importantes, entre outras coisas. Acostumado a buscar informações afixadas nas paredes, o povo romano passou, posteriormente, a acompanhar diariamente as notícias por meio de cópias para leitura ou “mesmo por cartas que circulavam por todo o Império” (COSTELLA, 2001, p.19), na época do imperador Júlio César.

Nos primórdios da Idade Média, após a queda do Império Romano, porque fatores econômicos e sociais impediam a circulação de informações pelos meios

convencionais da época, surgiram os precursores dos jornalistas modernos, os bardos e os viajantes da Europa Central, que reportavam e comentavam os acontecimentos diários, como também o faziam mensageiros e escrivões públicos na Antiguidade. “Os primeiros jornalistas-escritores foram correspondentes dos príncipes governantes, das cidades imperiais, das cidades-estado ou das grandes casas comerciais” (KUNCZIC, 2001, p. 22).

A necessidade de obter informações ou mesmo a curiosidade foi o que propiciou o surgimento do gênero¹ que se conhece como jornalístico.

Foi na Veneza do século XVII que as notícias, já agrupadas na forma de coleção, foram distribuídas ao público. Na Alemanha, também surgiram, por volta dessa época, jornais que, entretanto, não eram distribuídos ao público e tinham caráter político. Os primeiros jornais produzidos antes da invenção da impressão com tipos móveis eram manuscritos e abordavam todo tipo de assunto. Foi, no século XVI, que as notícias sensacionalistas passaram a despertar o interesse tanto do público quanto dos editores dos jornais, ganhando, então, mais espaço na mídia escrita.

¹ Entende-se gênero do discurso conforme Maingueneau (2000) que emprega o termo referindo-se aos “dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos”, que estabelece parâmetros para a interpretação dos enunciados. Assim, gênero do discurso se refere à forma de composição comunicativa, aceita sócio-culturalmente em um determinado momento histórico, a partir da configuração estável que permite uma classificação de acordo com características próprias resgatadas na situação de comunicação, que institui a construção de sentidos.

Muito tempo se passou antes de se chegar às quatro características dos jornais modernos: 1. Publicidade; 2. Atualidade (ou seja, informação que se relaciona com o presente e o influencia); 3. Universalidade (sem excluir nenhum tema); periodicidade (distribuição regular) (KUNCZIC, 2001, p. 23).

À medida que os mercados e a divisão do trabalho cresciam, a necessidade de publicidade tornou-se cada vez maior, pois era necessário vender os produtos industrializados. O jornal se mostrou um veículo adequado e propício para esse fim.

No século XIX, o jornalismo já era uma profissão. Muitos jornalistas estavam a serviço dos políticos, que perceberam o poder do jornal sobre a opinião pública. Karl Marx, em sua época, ocupou um lugar de destaque no ramo. Como jornalista, ele foi um dos principais defensores da liberdade de expressão e um nome cuja opinião foi muito respeitada entre os cidadãos alemães. Ele acreditava que o jornal, antes de ser um veículo de informação, era um veículo para denunciar as ações dos governantes que comprometessem a liberdade do povo, uma vez que “é o dever da imprensa tornar a palavra em favor dos oprimidos” (Marx, 1980, p. 70).

Depois que Johann Gutemberg inventou a tipografia com tipos móveis, no século XV, houve uma verdadeira revolução na história da humanidade. Essa tecnologia, entretanto, demorou a ser utilizada para a publicação de jornais, uma vez que o jornal não era considerado *tão importante*, por ter um caráter efêmero, mas essa idéia, aos poucos, foi deixada de lado e, finalmente, o jornal passou a ser impresso. Assim, o

aumento do número de exemplares, seu barateamento e a multiplicação dos temas oferecidos ao leitor foram fatores que, em conjunto, aceleraram vertiginosamente a circulação de conhecimentos. Isso levou a Igreja Católica a institucionalizar a censura, submetendo toda publicação à Cúria Romana ou a algum de seus representantes. O *Index* papal, de 1559, proibiu que fossem impressos e lidos alguns escritos, especialmente os que tinham sido produzidos por Martinho Lutero. A partir daí, até os dias de hoje, luta-se pela liberdade de imprensa, que, por razões de ordem religiosa ou política, torna-se alvo de restrição por meio da censura.

A partir do visto até aqui, deve-se fazer algumas considerações: em primeiro lugar, que a linguagem é um poderoso instrumento para formar opiniões ou transformá-las; em segundo lugar, que essa linguagem, ao ser utilizada pelo jornal, atinge um grande número de pessoas, tornando o jornal o objeto de tais censuras.

Por essa razão, faz-se necessário questionar a forma como as notícias são veiculadas e as reais intenções daqueles que a fazem circular, e também como se comporta esse gênero em espaços lusófonos diferentes, uma vez que a mídia impressa, que representa para o leitor a autoridade da palavra escrita, é a produtora da opinião que está presente, atualmente, em todas as instâncias sociais.

Não resta dúvida de que o jornal é a maneira mais eficiente de mediação entre o indivíduo e o mundo. Sua presença, como meio informativo no cotidiano das pessoas, independente do nível sócio-econômico-cultural, oferece a possibilidade de saber a

notícia com pormenores, de ter acesso a outras informações e ainda deixa a critério do leitor a opção de hora e local para a leitura. Além disso, ele pertence a diferentes classes sociais, revelando seus valores e preocupações, e se coloca a serviço delas por meio dos recursos da linguagem que utiliza.

Assim, as informações veiculadas na mídia, em especial a mídia escrita, são, antes de tudo, um instrumento para a formação de um leitor perspicaz, capaz de filtrar as informações recebidas por meio de questionamentos que podem ser feitos durante a leitura para, assim, posicionar-se diante da representação da realidade constituída.

Recentemente, o lingüista Chomsky em entrevista à revista *Le Monde Diplomatique*, de agosto de 2007, declarou que a massa populacional não recebe tanta influência expressiva da mídia quanto à população com maior escolaridade, baseando-se, entre outros fatos, no resultado do referendo sobre o Tratado da Constituição Européia, em que os franceses votaram *não* enquanto a maioria da mídia era favorável *ao sim*.

O que se conclui disso é que, na verdade, em uma sociedade democrática, a mídia segue a linha subliminar do discurso dominante, com um ar de liberdade que marginaliza opiniões contrárias, uma vez que ela é controlada pela classe dominante e, assim, se coloca a seu serviço.

De qualquer modo, a imprensa escrita, principalmente no jornalismo regional que se tratará a seguir, constitui-se um valor singular para a formação de opinião, mesmo marginalizando a opinião da massa popular.

1.2. JORNALISMO REGIONAL

O jornalismo regional, como o próprio nome diz, volta-se para acontecimentos de uma determinada região. Ele tem como objetivo noticiar fatos e eventos do contexto local por considerá-los de interesse exclusivo da comunidade a que serve, embora veicule notícias de interesse nacional e traga também os chamados *faits divers* – fatos pitorescos que não comprometem ninguém.

Essa espécie de jornalismo atende a um determinado município, *concelho*, distrito (embora seu raio de atuação possa alcançar, dependendo de sua localização geográfica, outros estados e regiões metropolitanas), e assume a identidade de um determinado grupo.

Esse caráter do jornal regional contribui muito para o desenvolvimento da opinião de pequenas parcelas da massa popular o que, certamente, será refletido no montante da população de um estado e, conseqüentemente, de um país, na medida em que é possível fazer comparações acerca de determinados temas discutidos em diferentes regiões.

Esses temas são distribuídos em seções que compreendem principalmente: o editorial da cidade ou da região; a política; a sociedade; o esporte; o jornalismo policial, no qual se abordam temas relativos a acidentes, crimes, fatalidades; as festas cívicas e sociais, e os problemas ambientais de âmbito local.

Os fatos que geram notícias são provenientes: de instituições sociais como a prefeitura e suas secretarias, das comunidades locais ou regionais, de empresas privadas, das políticas públicas (educação saúde, saneamento básico, infraestrutura, transportes) e do cotidiano. Normalmente, a política é abordada nos editoriais sobre temas reativos ao cotidiano do poder.

As fontes de um jornal regional são, principalmente, as autoridades públicas, os protagonistas de determinada matéria, especialistas em assuntos diversos ou os próprios moradores.

O jornalismo regional é uma prática de estágio para o jornalista principiante. Este precisará estabelecer comunicação com o leitor e suscitar sensações para que o leitor se torne assíduo do jornal. A relação que se estabelece entre o jornalista e seu público, mesmo quando esse jornalista assina seu texto, “o que é raro” (LAGE, 2000, p.23), é a de distanciamento, porque é impossível para ambos a interação dialógica e, de tal modo, o jogo de imagens é bastante explorado. Dessa forma, é obrigatório o uso da terceira pessoa em detrimento das outras pessoas do discurso.

O jornalista, então, produz seu texto para um leitor em geral, utilizando, por exemplo, adjetivos cuja referência deve ser comum a todos os leitores para que o efeito de sentido produzido pelas escolhas seja o mais eficiente possível e evite ambigüidades. De maneira geral, o objetivo é a informação, normalmente reduzida e superficial. Para tanto, o jornalista que redige a notícia lança mão de recursos específicos da linguagem jornalística como se verá a seguir.

1.3 A LINGUAGEM DO JORNAL

A linguagem jornalística é uma espécie de tradução, conforme um critério ético do código das diferentes instituições, sobre os fatos ocorridos que convêm informar ao público alvo. Por isso, Nilson Lage diz que a linguagem do jornal transcende o idioma em que as matérias são escritas, sendo “uma estrutura de encaixes sucessivos” (LAGE, 2001, p.6), em que as relações pragmáticas são limitadas em relação às escolhas lexicais e à gramática, que sugerem aproximação aceitável do coloquial.

O jornal não deixa de ser uma arte que envolve a reprodução, com tinta, de letras e imagens sobre o papel, que se torna uma tela em branco para o que se a há de dizer. Entretanto o que leva um indivíduo a comprar um jornal é a informação impressa, função primeira do jornal que é levar informações ao público.

Essas informações, em linguagem verbal e não verbal, no jornal apresentam-se da seguinte forma: em primeiro lugar, tem-se um projeto gráfico que “é o sistema simbólico composto de manchas, traços, ilustrações e letras — pequenos desenhos abstratos que se combinam caprichosamente” (LAGE, 2001, p. 6). Esse por sua vez, aliado a uma formatação específica, garante a disposição das letras (maiúsculas e minúsculas). Mesmo que a disposição dos elementos varie a cada dia, o projeto gráfico deve ser capaz de manter a individualidade do veículo.

Em segundo lugar, tem-se o sistema analógico, que são as fotografias, as ilustrações, as charges e os *cartoons*. Embora o elemento mais importante de um jornal seja a informação, a qual, por sua vez, tem caráter social e é identificável com a realidade social do grupo a que se destina, o jornal também é formado por essas unidades semânticas (fotografias, ilustrações, charges, *cartoons*) que servem como referências para as notícias. Por fim, tem-se o sistema lingüístico, no qual “manchetes, títulos, textos, legendas representam o componente digital da comunicação jornalística” (LAGE, 2001, p.7).

Sendo fruto da sociedade industrializada e, portanto, destinado às massas, o jornal busca alcançar um público que não percebe a complexidade gráfica envolvida na formação de um jornal. Por isso,

não se espera que, ao ver a notícia de um acontecimento qualquer, alguém diga “que notícia bem escrita!” ou “que *layout* espetacular!”; o

redator ficará gratificado e o projetista satisfeito se o leitor se motivar pelo acontecido, entender o que aconteceu e tiver condições de formar juízo adequado a respeito (LAGE, 2001, p.9).

O que se espera, de fato, é que esse leitor forme um juízo de valor acerca do tema tratado por aquele meio de comunicação escrito e, conseqüentemente, consuma a informação e fique na expectativa da próxima publicação, que certamente lhe trará novidades, uma vez que a notícia de hoje não terá valor amanhã (ainda que a publicação do jornal não seja diária, com é o caso do corpus dessa pesquisa, cuja publicação é semanal).

Essa expectativa, entretanto, é construída tanto pela linguagem verbal quanto pela linguagem não-verbal utilizada pelo jornal estrategicamente: linguagem gráfica distribuída em colunas; tamanho e formato das letras; disposição de fotos; cores que se incorporam a sua linguagem, e, por último, menciona-se a linguagem escrita do jornal regional que tende a ser simples e, às vezes, até coloquial para estar o mais próxima possível de seu público.

Assim, a junção dessas linguagens constrói um sentido único no tempo e no espaço, o que constitui o discurso jornalístico.

1.4 O DISCURSO JORNALÍSTICO

Particularmente, os diferentes textos³ jornalísticos têm chamado a atenção dos estudiosos porque manifestam o caráter dinâmico da linguagem, que “tem por objetivo informar a comunidade consumidora do jornal sobre o que acontece no país e no mundo, sendo as notícias das mais diversas naturezas” (GRZEGORCZYK; VASCONCELOS, 1999, p.194).

De maneira geral, esses textos pertencem a gêneros do discurso⁴, cuja finalidade “visa a um certo tipo de modificação da situação da qual participa” (MAINGUENEAU, 2005, p. 66), tendo um contrato estabelecido entre os envolvidos na interação, bem como um lugar que lhe é próprio e um tempo específico. Essas são, *a priori*, algumas das condições que garantem a legitimidade do gênero.

Os gêneros de discurso, de uma maneira geral, estão sujeitos a uma superestrutura que diz respeito ao “conjunto de conhecimentos sobre os diversos tipos de textos, que vão sendo adquiridos à proporção que temos contato com esses tipos e fazemos comparações entre eles” (KOCH; TRAVAGLIA, 1988, p. 60). Esse fato contribui, consideravelmente, para o interesse do leitor e para uma leitura eficiente,

³ O termo *texto* refere-se tanto a associação de signos lingüísticos e signos icônicos, quanto à diversidade de vozes.

⁴ Quanto ao conceito de gênero de discurso ver nota de rodapé 1, nesse capítulo.

ainda mais sendo gêneros próprios do discurso jornalístico, uma vez que, como já se declarou aqui, o jornal é um veículo de comunicação de massa e os textos que o constituem procuram seguir um certo padrão fixo para “prender a atenção instável do leitor” (MAINGUENEAU, 2005, p. 67).

Dessa forma, os textos próprios do jornal submetem-se à organicidade textual⁵, ao espaço preestabelecido e também ao tempo determinado pela periodicidade de publicação e pela “validade presumida”, que corresponde a somente um dia, o que não é o caso do corpus aqui analisado, uma vez que se trata de publicação semanal.

Dentre os gêneros que compõem o discurso jornalístico, a notícia é o mais importante. Ela é a razão de ser do jornal. Na verdade, sem ela não existe o porquê do jornal existir, uma vez que esse texto é regido principalmente pela lei da informatividade. Essa lei incide sobre as condições de produção para a exposição do fato, da informação do acontecimento novo e diz respeito à expectativa que a informação suscita. Se a informação é muito previsível, perde-se o interesse e o grau de informatividade é baixo; mas, se a informação trazida pelo texto for imprevisível, então o grau será alto.

O grau alto de informatividade é comum em manchetes jornalísticas que apontam para a notícia. Essa, por sua vez, na medida em que o leitor apreende a

⁵ Essa organicidade textual se refere à articulação de signos lingüísticos e de signos icônicos que compõem o jornal.

informação nela veiculada, promove ainda mais o grau de informatividade produzida pela manchete.

Assim, o propósito comunicativo da notícia ou da manchete pode ser prejudicado dependendo do grau de informação veiculada, não podendo ser muito alto nem muito baixo, de maneira a prejudicar a compreensão e a interpretação do texto.

A outra condição de produção de sentido diz respeito ao envolvimento do leitor como participante ativo do processo de compreensão e interpretação do texto por meio de uma parceria, na qual

os parceiros devem compartilhar um certo quadro e colaborar para o sucesso dessa atividade comum que é a troca verbal, em que cada um reconhece seus próprios direitos e deveres, assim como os do outro (MAINGUENEAU, 2005, p.32).

Essa parceria que incide sobre a interpretação do fato, ou seja, a interpretação da enunciação⁶, na qual o destinatário, a quem se passa, a partir de agora, a considerar como co-enunciador⁷, precisa ter três conhecimentos básicos: da língua, de mundo e de contexto. Esses fatores,

⁶ Para Maingueneau (2000), a enunciação não é um ato de comunicação individual, mas está atrelada às circunstâncias: do gênero do discurso, das pessoas envolvidas e do tempo. A enunciação assim constituída pressupõe um co-enunciador e não um destinador, uma vez que ele também desempenha uma determinada ação durante a comunicação propriamente dita.

⁷ Essa terminologia é baseada na idéia de que o discurso é interativo e que, portanto, há parceiros na trama da comunicação, na qual se estabelecem parcerias para concretização do ato, por isso o termo

incidem no processamento da informação ou conteúdo que se maneja na produção e compreensão do discurso, informação esta que é gerada através da realidade externa e interna dos elementos que interatuam em tal fato (ABADI, 1999, p. 86).

Assim, o discurso jornalístico lança mão desses conhecimentos básicos, por meio de um conjunto de fenômenos como o título, que tem “um papel de determinador do sentido do texto” (LONARDONI, 1999, p.111).

No jornal, o título corresponde à manchete, que sugere hipóteses quanto ao conteúdo do texto, e ao *lide*, que é responsável pelo “relato do fato principal, o mais importante feito de forma resumida” (LONARDONI, 1999, p.114).

Essas modalidades lingüísticas são aliadas a outras formas de expressão (diagramação, ilustrações) que permitem prever sobre o que trata os textos, as quais “[...] não se apóiam em um ambiente partilhado com o co-enunciador” (MAINGUENEAU, 2005, p. 77) e, por isso, devem ser bastante significativas para apresentar para o leitor um bom resumo do conteúdo da notícia e conduzi-lo a inferência. O corpus em análise, entretanto, utiliza-se somente da manchete e não do *lide* para a construção de sentidos.

destinatário não é adequado nesse contexto e deve ser substituído por co-enunciador, ou seja, aquele que reuni determinados conhecimentos e os aplica durante o processo de interação segundo Maingueneau (2000).

A manchete, de maneira geral, chama atenção do leitor por meio não só da configuração das letras e da cor mais forte, mas também por múltiplos fatores de diversas naturezas, próprios de cada língua, como: lingüísticos, discursivos, cognitivos, culturais e interacionais, os quais possibilitam a compreensão e a interpretação do texto. O conjunto de textos que compõe o discurso jornalístico também apresenta uma estrutura peculiar, convencionalmente instituidora de sentidos, por isso importa estudar a noção de gêneros de discurso.

1.5. O GÊNERO

O conhecimento sobre o sistema que rege o gênero de discurso facilita a compreensão e a interpretação do texto, uma vez que “todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um gênero de discurso” (MAINGUENEAU, 2005, p. 60).

Essa idéia de classificar os textos iniciou-se na época clássica a partir dos estudos de Aristóteles, que é base para o conceito de gênero que se conhece atualmente, e a partir dos estudos desenvolvidos por Mikhail Bakhtin no século XX.

Esse teórico formulou a teoria do dialogismo que valoriza a prosa, “uma esfera do mundo discursivo que ficara à margem tanto da retórica quanto da poética” (MACHADO, 2006, p.153), colocando em relevo as interações dialógicas e representando a oralidade das diferentes culturas, especificamente o romance.

Esse estudo contribuiu para a classificação das novas formas de comunicação que surgiram à medida que a sociedade progrediu, científica e culturalmente, uma vez que valoriza tanto o discurso quanto à esfera do gênero das “relações cotidianas dos homens comuns e de suas enunciações ordinárias” (MACHADO, 2006, p.153).

Dessa forma, constituiu-se, então, uma nova noção de gênero de discurso, que inclui “toda sorte de diálogos cotidianos bem como enunciações da vida pública, institucional, artística, científica e filosófica” (MACHADO, 2006, p.155).

Na medida em que as relações se estabelecem entre os envolvidos no processo comunicativo, acontece simultaneamente a assimilação de repertórios “de que se pode dispor para enunciar uma determinada mensagem” (MACHADO, 2006, p.157), que nada mais é do que o gênero do discurso, constituído dessa forma sócio-historicamente.

Bakhtin, então, estabelece duas maneiras simples de classificação desse repertório: gêneros primários, que correspondem à comunicação cotidiana, e gêneros secundários, que correspondem “à comunicação produzida a partir de códigos culturais elaborados, como a escrita” (MACHADO, 2006, p.155).

No discurso jornalístico de mídia escrita, por exemplo, o gênero notícia normalmente usa o discurso direto que mistura as duas maneiras de uso da linguagem: a primária e a secundária (segundo a classificação propostas por Bakhtin para o gênero de discurso), modificando e complementando a fala reproduzida no gênero notícia, que

“adquire, assim, os matizes desse novo contexto” (MACHADO, 2006, p.156), produzindo o efeito de sentido de verdade, uma vez que o discurso direto pretende ser uma referência concreta da esfera primária do uso da linguagem.

Dessa forma, o discurso jornalístico organizado, a princípio, com a finalidade específica de *informar*, veicula “... gêneros de discurso, entendidos como dispositivos sócio-históricos de comunicação, como instituições de palavras socialmente reconhecidas” (MAINGUENEAU, 2006, p. 15), que pressupõem diferentes estratégias de leitura para o leque de gêneros de discurso que o jornal apresenta.

Essa diversidade refere-se, portanto, a um processo de evolução dos gêneros do discurso, que emergem das interações dialógicas no tempo (histórico) e no espaço (social) conforme o contexto comunicativo e a cultura, uma vez que “os gêneros da comunicação mediada constituem-se em função das necessidades culturais e apresentam-se como resposta às formações em curso” (MACHADO, 2000, p. 162).

Há, portanto, a necessidade de constante adequação das teorias sobre a classificação dos gêneros de discurso, uma vez que esse conhecimento implica a compreensão e a interpretação de textos, como aponta os recentes estudos de Maingueneau. Ele propõe que

cada gênero de discurso é associado a uma cena genérica, que atribui papéis aos atores, prescreve lugar e o momento adequados, o suporte a

superestrutura textual para textos de um gênero particular (MAINGUENEAU, 2006, p.149).

A partir desse ponto de vista, Maingueneau classifica os gêneros instituídos em vários graus:

- Gêneros de primeiro grau: são aqueles em que o papel do autor é dispensável e seguem uma norma fixa para informar endereços, telefones, certidões, vocabulário, etc. O enfoque é o conteúdo.
- Gêneros de segundo grau: são aqueles em que o enfoque é a relação entre os co-enunciadores e o conteúdo, segundo normas: notícias na TV, correspondência de negócios, etc.
- Gêneros de terceiro grau: são aqueles que procuram envolver o co-enunciador sob uma perspectiva topográfica e cronográfica, instituindo-lhe um papel específico.
- Gêneros de quarto grau: enfocam a criatividade e originalidade para a fala sob determinada norma, por exemplo, propagandas, canções folclóricas, programas de entretenimento na TV, etc.
- Gêneros de quinto grau: aqui se encaixam os gêneros que são classificados segundo o critério do próprio autor, com um propósito específico, que busca articular a memória coletiva à interpretação desejada do texto por meio de um rótulo. Esses podem ser genéricos,

como o termo “jornais” que está articulado às formas convencionais de classificação desse gênero, ou autônomos, que impõem sua interpretação independente da convenção.

Esse critério sugerido por Maingueneau faculta a determinação do espaço estável, onde o enunciado apresenta um sentido que é possível descrever.

Dessa forma, a notícia, enquanto gênero instituído, que apresenta uma cena de enunciação, pertence, na classificação, segundo o critério de Maingueneau, ao gênero de segundo grau por apresentar uma estrutura convencional: papéis dos atores; prescrição de lugar e do momento adequados ao suporte, no caso o jornal, e uma superestrutura própria, cujas propriedades, expostas a seguir, interessam para essa pesquisa.

1.5.1 O GÊNERO NOTÍCIA

O desejo pelo conhecimento é algo próprio dos seres humanos. Com o passar do tempo, o conhecimento tornou-se um valor inestimável. O homem, desde seus primórdios, procura registrar sua história, preservar sua memória e transmitir ensinamentos. Esses conhecimentos acumulados, transmissíveis e acessíveis, de certa forma, ajudam a manter a sociedade estável.

É por meio do registro das informações que se tem acesso a fatos históricos relevantes, que mostram transformações culturais. Muitas vezes, essas transformações têm sua origem no desejo de poder, responsável por muitas lutas sociais.

Exemplo de um desses fatos históricos que transformaram a sociedade é a ascensão da burguesia. A partir dela, aconteceu uma nova distribuição de renda, com o avanço da industrialização e a centralização das pessoas nos grandes centros urbanos. Isso propiciou, entre outras coisas, a revolução científico-cultural. Com a ascensão da burguesia, nova classe social dominante, as massas, um público de origem rural em processo de socialização urbana, começaram a ter como meio de informação o jornal, que passou a desempenhar uma importante função na socialização do conhecimento, bem como se tornou eficiente para formação da opinião de seu público leitor, que tinha acesso a informações de diversificadas culturas.

Todo jornal apresenta uma tendência política e social. A neutralidade está apenas na aparência, uma vez que o jornal é produzido por pessoas que estão inseridas em um contexto social e econômico, que têm posicionamentos políticos e que sofrem as coerções de sua época. Deve-se lembrar de que o jornal, como meio de propagação de notícias, tem o poder de formar opiniões conforme as tendências que apresentam. Por isso, não existem jornais de editoras diferentes que sejam iguais, e uma mesma notícia nunca é apresentada da mesma forma por dois jornais diferentes.

A notícia jornalística da mídia escrita aproxima-se muito da narrativa propriamente dita, por ser um gênero que pretende relatar, de maneira objetiva, um determinado acontecimento. A função correspondente a esse procedimento é a referencial, cujo modo verbal próprio para o gênero é o indicativo.

A estrutura da notícia assume um caráter atemporal ao buscar um determinado fato que seja relevante para o leitor. Desse modo, “a notícia pode comover, motivar revolta ou conformismo, agredir ou gratificar alguns de seus consumidores” (LAGE, 2000, p.25). A exploração exagerada desses aspectos resultou no sensacionalismo, que dá “ênfase às histórias sentimentais e de crimes que distraem e ao mesmo tempo projetam aspirações e angústias das grandes massas” (LAGE, 2000, p.14).

A notícia não só se apresenta como verdadeira, mas também procura parecer verdadeira, utilizando, por exemplo, referências precisas, como o número de manifestantes que participaram de um determinado movimento, e articulando a linguagem verbal com a linguagem não-verbal.

Segundo Ferreira Dias (1996), Van Dijk estudou o discurso da mídia e determinou as seguintes categorias estruturais que desempenham funções específicas: a manchete; o lide; o fato principal; o contexto; o *background*; as reações verbais; os comentários, e os prognósticos. Cada uma dessas categorias se constitui em cenas, em que os co-enunciadores desempenham papéis específicos (que serão analisadas no

capítulo III, exceto o lide, que não aparece nas notícias que serão analisadas nesse trabalho):

- Quanto à manchete e o lide, esses expressam a subjetividade, por causa das escolhas estratégicas, para chamar a atenção do co-enunciador para certos pontos específicos da notícia, que serão desenvolvidos no corpo da notícia. A análise das manchetes é relevante para a análise que se pretende neste trabalho;
- O fato principal constitui-se naquilo que gera a notícia em si. Ele se constrói a partir de uma parceria entre os co-enunciadores, porque, por um lado, há o que deseja informar e, por outro, o que busca a informação. Esses fatos se constituem em uma narrativa sujeita à superestrutura do gênero em questão;
- O contexto é o responsável por organizar o fato principal em um tempo presente e em um espaço agora, fundamental para a apreensão da mensagem;
- O *background* é o responsável por resgatar os eventos passados e, assim, ativar a memória do leitor. Esse recurso é muito utilizado no gênero notícia;

- As reações verbais correspondem aos comentários sobre o fato principal pelos co-enunciadores;
- Os prognósticos feitos pelos co-enunciadores.

Essas categorias são organizadas para encaminhar a leitura para o que, de fato, é relevante. Dessa forma, informar um fato ultrapassa os limites da simples organicidade textual, porque envolve o leitor em uma determinada cena de enunciação que alegitima, uma vez que “todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima” (MAINGUENEAU, 2005, p.87).

Esse gênero, a notícia, no jornal diário, parece estar enfrentando, atualmente, uma crise que pode ser atribuída a dois motivos: um é em razão do avanço tecnológico “que é mais veloz, eficiente e não gasta papel; o outro é quanto ao grau do controle político que exerce grande pressão sobre o que deve ou não ser veiculado nos meios de comunicação de massa”. (LAGE 2000 p. 50)

Pelo fato de o jornal escrito estar inserido em um contexto cultural, mesmo que seu papel político e social oscile entre as duas “vertentes: o direito a informação e a que destaca a liberdade de informar” (LAGE, 2000, p.50), ele alcançou seu papel na história e sua extinção é inimaginável. O discurso jornalístico, portanto, constitui-se de uma

formação discursiva, conseqüentemente cultural e ideológica, como será tratado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

ASPECTOS RELEVANTES:

A CULTURA, A IDEOLOGIA E A CENOGRAFIA

Pretende-se, no presente capítulo, analisar a cultura, a ideologia e a cenografia, para que, posteriormente, se possa verificar como a cenografia e as formações ideológicas são partes constitutivas dos textos jornalísticos.

2.1 A CULTURA

Abordaram-se, no capítulo anterior, o discurso jornalístico de mídia escrita e a constituição do gênero notícia. Faz-se necessário, então, considerar o conceito de cultura articulado à materialidade lingüística que aponta para as formações discursivas e, conseqüentemente, para as formações ideológicas que constituem o discurso jornalístico de mídia escrita de Portugal e do Brasil.

Antes da globalização (que teve seu início nas Grandes Navegações, passando pelas Revoluções Industriais [primeira e segunda] e alcançando o seu ápice nos século XXI, com a invenção da internet e dos meios de transportes rápidos), o conceito de

cultura referia-se, exclusivamente, aos hábitos, crenças, valores e costumes comuns a uma determinada raça ou nacionalidade.

Esse conceito tradicional de cultura, entretanto, não foi suficiente para conceituar a formação da cultura das comunidades baseadas em interesses comuns, fenômeno denominado de multicultural, que compreende a interação entre atores sociais de diferentes culturas, como é o caso da lusofonia. Segundo Brito e Bastos (2006), lusofonia pode ser

entendida aqui como um sistema de comunicação lingüístico-cultural no âmbito da língua portuguesa e nas suas variantes lingüísticas, diatópicas, diastráticas e diafásicas, que compreendem os países que adotam o português como língua materna e/ou oficial, e mais as numerosas comunidades espalhadas pelo mundo(BRITO; BASTOS, 2006, p. 114).

Sob essa perspectiva multicultural, fica mais fácil compreender o contexto em que se vive, uma vez que a interação com outras culturas, por meio da linguagem verbal ou não-verbal, produz, além de conhecimento, o enriquecimento do repertório cultural, visto que cada comunidade estabelece uma hierarquia de valores específicos

conforme a formação discursiva e ideológica, manifestada por meio da língua que é capaz de representar a sociedade ⁸

definida como um conjunto de grupos sociais que estão em constante conflito devido às suas crenças específicas, mas que, a partir das práticas discursivas públicas e de suas experiências comuns, ao vivenciarem os acontecimentos do mundo, identificam-se por crenças genéricas e interesses específicos (SILVEIRA, 2004, p.144).

Esse procedimento de confronto entre si e o outro implica a diversidade que, muitas vezes, não é tão fácil de delimitar, como no caso de um país como o Brasil, em razão de sua extensão e da pluralidade cultural. Entretanto há uma memória social que aponta os valores a serem escolhidos segundo

o conjunto de tradições, normas e valores que guiam as atitudes das pessoas e que responde às questões: quem somos, quem você é, quem ele é, o que pensamos que somos e o que queremos ser (SILVEIRA, 2004, p.152).

Essa memória social, no entanto, só pode ser percebida durante a interação, que é por natureza multicultural. É nesse confronto que se depara com a própria história

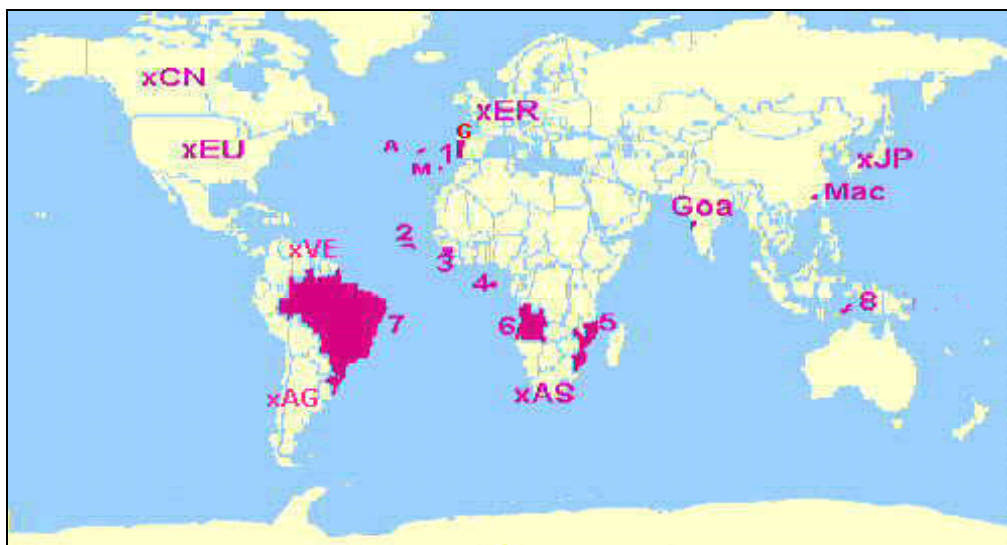
⁸ Do ponto de vista sócio-cognitivo, a cultura dos grupos que constituem a sociedade se diluem formando uma amalgama que representa a identidade comum do grande grupo, passível de ser perscrutada e caracterizada.

que compõe a identidade. Então, é possível estar aberto para o outro com suas crenças, valores e tradições.

Nesse sentido, o elo de ligação entre cultura e identidade se faz por meio da língua. Ela materializa simbolicamente a identidade.

Sob essa perspectiva, o Brasil e os outros países de colonização portuguesa que adotaram a língua portuguesa como “língua de cultura ou língua franca”, conforme designa o dicionário Aurélio para o termo lusofonia, são referidos como espaços lusófonos.

Ainda que *lusofania* faça lembrar a nação portuguesa, ela, segundo Namburete, “[...] pretende representar a congregação de um grupo de países e comunidades que tem um passado comum e características lingüísticas e culturais similares” (NAMBURETE, 2006, p. 63). Isso é possível observar no mapa:



Assinalados com **X** no mapa estão comunidades, com mais de 100 mil pessoas cada, de imigrantes lusófonos fora dos 8 países de língua portuguesa (Portugal; Brasil; Cabo Verde; Guiné-Bissau; Moçambique; Angola; São Tomé e Príncipe e Príncipe e Timor-Leste) ou de Macau, Goa e Galiza. Comunidades nos **EUA**, **EuRopa**, **CaNadá**, **África do Sul**, **VEnezuela**, **ArGentina** e **Japão**.

Os falantes de língua portuguesa somam aproximadamente 230 milhões, com características culturais diversificadas, classificadas em três modalidades: diastrática (variação social), diacrônica (variação por período de tempo) e diatópica (variação por regiões). Essa diversidade cultural enriquece ainda mais a língua portuguesa. Por isso, a lusofonia é considerada “o espaço enunciativo da diversidade, das diferentes feições que o português foi assumindo nos diferentes países em que é falado” (FLORIN, 2006, p. 45). Mas que feições lusófonas são essas?

Só é possível conceituar lusofonia na medida em que se reconhece essa diversidade lusófona gerada nos diferentes espaços por meio do confronto das “múltiplas imagens que, diante da chamada ‘lusofonia’, cada um constrói de si mesmo e dos outros” (BRITO; BASTOS, 2006, p.66). Para reconhecer, entretanto, faz-se necessário perscrutar as imagens histórico-culturais geradas nos diferentes espaços lusófonos.

Do lado dos timorenses, há as imagens positivas criadas por meio da língua portuguesa que são de identidade, de unidade, de preservação do patrimônio histórico-cultural, de acesso ao conhecimento construído pelos países lusófonos, de progresso e, sobretudo, de solidariedade.

Do lado dos portugueses, há imagens com resquícios nostálgicos do colonizador, que causam certa irritação aos demais.

Sob a perspectiva de Gilberto Freire, entre os brasileiros, a questão lusófona traz consigo tanto imagens de desrespeito aos valores histórico-culturais quanto imagens de “unidade de sentimentos e cultura” (BRITO; BASTOS, 2006 p.70).

Para alguns, a imagem criada dos espaços lusófonos africanos, a partir da concepção de lusofonia, é de descaso com a cultura e, para outros, gera a imagem da falta de ações políticas firmes para o ensino tanto da língua portuguesa quanto das línguas nativas, tendo em vista a preservação da cultura local. Já em Moçambique, o *status* foi a imagem que motivou a opção pela língua portuguesa. Isso gerou imagens de ascensão social de um lado, de exclusão e de desigualdade social de outro. Posteriormente, nesse mesmo país, os líderes políticos tornaram a língua portuguesa oficial, criando uma imagem utópica de unidade nacional, que, na verdade, não existia e ainda não existe, visto que em Moçambique há uma diversidade de dialetos que mantém as imagens de exclusão e de desigualdade social. E, por último, há as pequenas comunidades de falantes do português espalhados por regiões que simplesmente usam a língua minimamente entre si como é o caso de Macau, Goa, Diu, Damão e Málaca.

A partir desse panorama, que permite o vislumbrar as diferentes imagens construídas pela língua portuguesa nos espaços lusófonos, pressupõe-se que enxergar

a lusofonia supõe distanciar-se da carga semântica evocativa da matriz metropolitana que o vocábulo encerra (BRITO; BASTOS, 2006) e, ao mesmo tempo, criar novas imagens de inclusão e igualdade social.

Mas a lusofonia e as instituições responsáveis pela divulgação da língua, segundo o espírito de unidade para difusão cultural entre os diferentes espaços de falantes de língua portuguesa, ainda permanecem comprometidas pelos interesses políticos de maneira que a imagem que compõe a memória histórico-cultural ainda interfere na verdadeira concepção de lusofonia.

Essa reunião de espaços lusófonos distintos com suas peculiaridades implica um conceito de lusofonia que abarca três princípios fundamentais: o da globalização, o da diversificação e o princípio da relativização.

Assim lusofonia é, segundo o princípio da *globalização*, a identidade do grupo lusófono fundado na língua, que vai além da lingüística, divulgado por e entre os sujeitos de espaços lusófonos distintos; o segundo princípio, o da *diversificação*, reconhece a heterogeneidade, com características próprias do contexto do país que representa no grupo lusófono. E, por fim, a lusofonia segundo o princípio da *relativização* implica o reconhecimento da diferença que o grupo de países lusófonos apresenta.

Assim, conforme Brito e Martins (2004), nesse contexto,

[...] a idéia da lusofonia só faz sentido se a concebermos acima das nacionalidades, muito além de qualquer percepção mítica de uma nação, ou de responsabilidade de preservação por parte de outra. Ao entender que a língua é que nos diz a cada indivíduo lusófono, é que a lusofonia pode vir a ser (MARTINS apud. BRITO; BASTOS, 2006, p. 74).

Sob essa perspectiva, a língua portuguesa, enquanto expressão cultural associada a outros elementos, constrói a identidade de cada país. Essas identidades, expressadas em diferentes mídias, por exemplo, podem ser confrontadas e proporcionar reflexões sobre

as atitudes culturais, conceitos, crenças e modos de interagir e interpretar a realidade e também levam a refletir acerca das interferências e das influências que a convivência com outras línguas [...] vêm trazendo ao português (BRITO; BASTOS, 2006, p. 74).

É interessante perceber que essa possível interação entre as diversas comunidades lusófonas concede um novo enfoque à língua portuguesa e concede, também, novas imagens, uma vez que o universo discursivo lusófono de valores, crenças e costumes (a cultura,) marcados na língua, pode ser perscrutado não sob uma perspectiva estereotipada, mas sob a que privilegie “o dialogismo intrínseco nas questões culturais” (BRITO; BASTOS, 2006, p.74).

Assim, a cultura funciona como elo entre o discurso e a ideologia, cujas considerações se abordará a seguir, por meio da materialidade lingüística que permite compreender o contexto e modificá-lo.

2.2 A IDEOLOGIA

Por trás dos textos, existe uma ideologia implícita. Essa ideologia é transmitida por meio da linguagem; é necessário, então, “refletir sobre as relações que a linguagem mantém com a ideologia” (FIORIN, 2003, p. 6).

A linguagem é o lugar das determinações ideológicas, e não somente um fator de discriminação e poder dos seguimentos dominantes. Segundo Marx e Engels, em *A ideologia alemã* (apud FIORIN, 2003, p.8), a linguagem e o pensamento são expressões da vida real e não realidades autônomas, sendo, portanto vinculados à vida social.

Dessa maneira, pode-se dizer que, no discurso jornalístico a ser estudado por esse trabalho, há uma forma de ver o mundo, pois “os discursos são as combinações de elementos lingüísticos [...], usados pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar o mundo externo ou de seu interior, de agir sobre o mundo” (FIORIN, 2003, p. 11). O autor, ainda, acrescenta que

a esse conjunto de idéias, a essas representações que servem para justificar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens é o que comumente chamamos de ideologia. Como ela é elaborada a partir das formas fenomênicas da realidade, que ocultam a essência da ordem social, a ideologia é “falsa consciência” (FIORIN, 2003, p. 28).

Definir ideologia como “falsa consciência” sugere a existência de um poder que deseja manter o mundo como é por meio de um discurso que disfarça e esconde a realidade social, camufla os contrastes sociais e nega a existência de contradições, utilizando para isso o universo de signos revestido de valor cristalizado e recuperado a cada ato de linguagem inconscientemente, uma vez que as “condições de produção foram apagadas” (FIORIN, 2003 p. 19).

Assim, o discurso humano é construído por meio de diversas formações discursivas, que são ensinadas a cada membro de uma sociedade, e para cada uma das quais existe uma formação ideológica que não existe desvinculada da linguagem. “Por isso, o discurso é mais o lugar da reprodução do que da criação. Assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer” (FIORIN, 2003, p. 32).

Ainda segundo Fiorin (2003), o pensamento não existe fora da linguagem. Pensamento e linguagem são coisas distintas, mas inseparáveis. Por causa disso, o discurso materializa as representações ideológicas.

Segundo Orlandi em *Análise de discurso*, “[...] na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história”. As palavras funcionam como memória e agente social, uma vez que mergulham em todos os ambientes sociais produzindo diferentes efeitos de sentidos.

São os fatores sociais, portanto, que definem o conteúdo da ideologia no decorrer da vida de um indivíduo, e o conjunto de discursos internalizados forma a consciência.

A visão de mundo é formada, conseqüentemente, pelo conjunto de discursos assimilados pelo homem, e esses discursos serão reproduzidos pela fala, porque “os dizeres [...] são efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz” (ORLANDI, 2003, p.30).

Ainda que a consciência seja o lugar da liberdade do ser humano, o homem é produto de suas realizações sociais e individuais, mesmo que, no pensamento dominante, o discurso do homem esteja livre de tais coerções sociais. É possível,

então, entender que as normas sociais ditam os desejos que são permitidos ou não, porque

o discurso por sua vez é determinado por coerções ideológicas. Ora, se a consciência é constituída a partir dos discursos assimilados por cada membro de um grupo social e se o homem é limitado por relações sociais, não há uma individualidade de espírito nem uma individualidade discursiva absoluta (FIORIN, 2003, p. 36).

Se o conteúdo da consciência é definido socialmente e manifestado no discurso, ele será encontrado também nos jornais mesmo que, na aparência, pretenda-se apresentar fatos tidos como reais, sem intenções ideológicas.

Nota-se, então, que é impossível dissociar do discurso essas coerções, que estão implícitas, visto que sua transmissão se realiza nos meios sociais onde os indivíduos estão inseridos. Um indivíduo, sendo o produto de suas relações sociais, reproduzirá em seu discurso as formações discursivas assimiladas por ele.

As formações discursivas reproduzem ideologias relacionadas às classes sociais, sendo que a mais forte é a da classe dominante. Aquilo que um indivíduo pensa e fala é aquilo que foi imposto a ele. Como cada indivíduo é membro de um grupo social, as suas idéias serão as de seu grupo. Ele agirá e reagirá conforme o seu grupo social, mesmo quando for criticá-lo. “Na medida em que o homem é suporte de formações discursivas, não fala, mas é falado por um discurso” (FIORIN, 2003, p. 44).

A linguagem jornalística, muitas vezes, além de apresentar um fato, procura manifestar uma visão crítica da sociedade e das classes dominantes. O próprio jornal é veículo de transmissão de ideologias pertencentes a uma determinada classe dominante, que possui o poder de domínio conferido pela palavra escrita, uma vez que

não existem representações ideológicas senão materializadas na linguagem [...] a linguagem [...] é o suporte, é o instrumento que permite que as representações ganhem materialidade (FIORIN, 2003, p. 73)

Uma alteração das relações sociais de produção pode corresponder a uma mudança nas formações discursivas, por ser uma mudança de formação ideológica. As formações ideológicas não constituem simples reflexos das relações sociais, mas as mudanças discursivas podem aparecer como decorrências dessas relações sociais, por causa das transformações sociais, uma vez que o discurso é um produto histórico-social.

Formações ideológicas são transmitidas por meio do discurso jornalístico, de forma interessante ou atrativa, podendo ser apresentadas na forma de denúncias, como fatos reais ou sensacionalistas. Qualquer que seja o conteúdo de um discurso, essas formações ideológicas estarão presentes.

De qualquer modo, é impossível que o jornal, ao apresentar algo ao público, não manifeste uma tendência ideológica por meio de uma formação discursiva, uma vez que esta condiciona as condições de produção em que estão inscritos os sujeitos envolvidos na trama discursiva, que determina o sentido no tempo e no espaço.

Segundo Orlandi (2003), essas condições de produção manifestam processos discursivos anteriores, chamados de formações imaginárias, por meio do mecanismo de antecipação e das relações de força e de sentido.

Na antecipação, o sujeito dá significado ao dizer, conforme pressupõe quem será seu interlocutor, que poderá vir a ser seu cúmplice ou seu adversário, com relação àquele determinado discurso, procurando, então, estabelecer estratégias discursivas para alcançá-lo. Esse procedimento aplicado ao discurso jornalístico não só permite ao sujeito-autor antecipar o sentido das palavras, mas, também, direciona-o na escolha do assunto que ele julga de interesse do público leitor para que possa apresentá-lo de modo atraente. O último fator que condiciona a produção dos discursos é o da relação de forças: “segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2003, p.39). Esse lugar reveste o sujeito de autoridade perante o seu interlocutor, principalmente em sociedades que obedecem a uma determinada hierarquia. Esse mecanismo do funcionamento do discurso produz no dizer o efeito de sentido que se refere à identidade social, bastante explorada pelo discurso jornalístico, como forma de apresentar o fato como verdadeiro.

As relações produzidas como efeito desse processo de construção do sentido evidenciam a presença de outros discursos.

Assim, na medida em que “o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem” (ORLANDI, 2003, p. 42), por meio desses mecanismos ocorre um jogo de imagens projetadas no discurso: do sujeito em relação ao interlocutor, do sujeito em relação ao lugar que ocupam no espaço e no tempo, e dos discursos anteriormente proferidos que resultam nas formações imaginárias decorrentes das projeções dos sujeitos físicos e dos lugares empíricos, de modo que “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas [Estão aquém e além delas]” (ORLANDI, 2003, p.42).

O primeiro jogo de formação imaginária que se apresenta no discurso da mídia impressa é o de fonte principal de informação da sociedade. O seguinte confere confiança e autoridade ao sujeito em decorrência de seu compromisso com a verdade por meio de relatos de pessoas envolvidas no fato, que servem tanto para validar a informação quanto para produzir a sensação de identidade. E, por último, a rede de sentidos constituída pelos diferentes discursos parafraseados ou polissêmicos que garantem ao sujeito uma relação dinâmica com a história e “irrompem assim sentidos diferentes” (ORLANDI, 2003, p.37).

Enquanto forma de expressão acessível a um determinado público, a ideologia, veiculada ao discurso jornalístico, constitui-se “em mecanismo estruturante do processo

de significação” (ORLANDI, 2003, p.96), por meio das formações imaginárias estabelecidas pelos sujeitos envolvidos, em um determinado tempo e espaço. Esse fato, além de justificar o confronto entre o discurso jornalístico de lugares lusófonos distintos (Portugal e Brasil), contribui para a valorização da língua portuguesa enquanto prática do cotidiano, constituída pela cenografia, o que se abordará a seguir.

2.3 A CENOGRAFIA

Cenografia é um termo que provém originalmente do teatro. Ele é usado para designar uma composição tridimensional do espaço a ser utilizado por um determinado espetáculo teatral, bem como pela interação estabelecida entre esse espaço, os personagens e o público.

O termo cenografia (*skenographie*, que é composto de *skené*, cena, e *graphein*, escrever, desenhar pintar, colorir) se encontra nos textos gregos — *A poética*, de Aristóteles, por exemplo. Servia para designar certos embelezamentos da *skené*. Posteriormente é encontrado nos textos em latim (*De architectura*, de Vitruvio): *scenographia*. Era usado provavelmente para definir no desenho uma noção de profundidade (MANTOVANI, 1989, p. 13).

Esse termo, próprio da linguagem teatral, é usado por aqueles que analisam o discurso, para apresentar de que maneira o discurso representa uma situação enunciativa. Deve-se entender a cenografia como “um processo paradoxal no qual a enunciação⁹, por sua própria maneira de desdobrar seus conteúdos, deve legitimar a situação de enunciação que a torna possível (enunciador e co-enunciador, momento e lugar)” (MAINGUENEAU, 2000, p. 21). Isto é, o processo pelo qual os atores, o espaço e o tempo do discurso são concretizados, “preenchendo-os com traços sensoriais que [...] os fazem cópias da realidade”. Na verdade, fingem ser “cópias da realidade, produzem tal ilusão” (BARROS, 2005, p.60).

Tal processo produz uma *cena enunciativa*, na qual os co-enunciadores assumirão papéis que corresponderão tanto à identidade social quanto à linguagem do sujeito, formando, assim, grupos discursivos, que podem ser identificados por meio do acesso a três memórias existentes em cada sujeito: a de situação de comunicação, a da forma dos signos e a do discurso.

Essas três memórias se articulam para que o sujeito seja capaz de agrupar suas aprendizagens e suas experiências de representação do mundo em gêneros discursivos empíricos, que facilitarão a interpretação do enunciado e a produção desse enunciado.

⁹ Conforme nota 6.

Na memória da situação de comunicação, os sujeitos estabelecem um contrato de reconhecimento, no qual os sujeitos fazem uma troca de linguagem. Na memória da forma dos signos, essas trocas de linguagem entre os sujeitos acontecem por meio de signos verbais, escritos, gestuais, entre outros, que se organizam para materializar a mensagem comunicada.

Busca-se, no discurso jornalístico, o efeito de sentido junto a seu receptor pelo encadeamento de signos na instância da produção do sentido, com base em normas partilhadas. O gênero discursivo jornalístico pode ser identificado pela relação entre as três memórias presentes no sujeito, na situação de comunicação, que pressupõe uma situação enunciativa onde um sujeito, o jornal ou jornalista, promove uma interação com outro sujeito, o leitor. O sentido será construído por meio dos saberes partilhados do grupo social a que se destina e pelas informações novas que são acrescentadas na forma de notícias. Afirma-se, então, que a relação entre essas três memórias combinadas no discurso produz o reconhecimento de um gênero discursivo denominado de *jornalístico*.

Parte-se da premissa de que cada gênero discursivo possui um estatuto singular que determina um espaço, um contexto específico, demarcado socialmente e instaurado no espaço da enunciação que se colocara em cena. Conforme Maingueneau:

Cada gênero do discurso é associado a uma cena genérica, que atribui papéis aos autores, prescreve o lugar e o momento adequados, o suporte, a superestrutura textual para textos de um gênero particular (2006, p.149).

Portanto, ao se falar de gênero discursivo, fala-se também da cena enunciativa, uma vez que ela está associada à situação comunicativa. Então, a cena pode caracterizar o gênero discursivo, não sendo algo planejado com antecedência, da qual emerge o discurso e deve ser compreendida como constitutiva do discurso.

Mainueneau (2006) propõe uma análise da cena da enunciação, tomando como base três cenas distintas: cena englobante, cena genérica (essa duas compõem o quadro cênico) e a cenografia.

A primeira cena, englobante, aponta para um código pragmático referente ao gênero de onde o texto provém, especificando, simultaneamente, o tipo de discurso que, por sua vez, constitui os sentidos que envolvem a enunciação, entretanto, segundo o autor, “a cena englobante não é suficiente para especificar as atividades discursivas nas quais se encontram engajados os sujeitos” (MAINGUENEAU, 2006, p. 112).

A segunda cena é a genérica, na qual, segundo Maingueneau:

Os gêneros discursivos que podem ser agrupados definem essa cena. Uma cena específica é necessária para cada grupo. A cena genérica

que será definida para o gênero jornalístico, e que se encontra dentro da cena englobante é representada pela notícia do jornal, que “implica um contexto específico: papéis, circunstâncias (em particular um modo de inscrição no espaço e no tempo), um suporte material, uma finalidade” (MAINGUENEAU, 2006, p.112).

Aqui, esse gênero, especificamente da imprensa popular, voltado para as massas, tem como proposta a apresentação de um discurso aberto, uma vez que há certa distância social entre os co-enunciadores. Pelo fato de esse discurso ser aberto e de existir esse distanciamento social no processo comunicativo que envolve o discurso jornalístico, é que o enunciador busca produzir um discurso claro, conciso e objetivo, com a finalidade explícita de transmitir informações.

Note-se que essas duas cenas, englobante e genérica, funcionam como uma fôrma para os enunciados. A cena englobante “corresponde ao tipo de discurso” (MAINGUENEAU, 2005, p. 86). Reconhecer o tipo de discurso facilita a interpretação, uma vez que a especificidade do texto, suas marcas lingüísticas, constitui a silhueta do texto, que aponta para “a situação dos parceiros e um certo quadro espaço-temporal” (MAINGUENEAU, 2005, p. 86). Esse caráter espaço-temporal, em algumas sociedades, entretanto, é fator de exclusão de determinados discursos atuais.

A cena genérica se relaciona ao quadro que estabelece limites estruturais para o discurso que o enunciador não pode mudar. Nessa instância,

o locutor deve dizer construindo o quadro desse dizer, elaborar dispositivos pelos quais o discurso encena seu próprio processo de comunicação, uma encenação que é parte integrante do universo de sentido que o texto procura impor (MAINGUENEAU, 2006, p. 47).

Mas elas não são suficientes para a apreensão do sentido de alguns casos, cujo gênero é mais flexível. Esse caráter possibilita diversidade de cenografia, uma vez que ela é a cena de fala instituída pelo discurso para ser enunciado, embora não seja imposta por ele, ela será determinada já no início, será desenvolvida pelo discurso que buscará justificá-la. Assim, ela é “construída pelo próprio texto: um sermão pode ser enunciado por meio de uma cenografia professoral, profética, amigável etc” (MAINGUENEAU, 2006, p. 67). É com a cenografia que o discurso se inicia, e é ela a sua finalidade, uma vez que

o poder de persuasão de um discurso decorre em parte do fato de que ele leva o destinatário a identificar-se com o movimento de um corpo, por mais esquemático que seja, investido de valores historicamente especificados (MAINGUENEAU, 2006, 70).

O discurso surge na figura de um enunciador e na de um co-enunciador, em um lugar específico (topografia) e se relaciona com um momento específico (cronografia). A definição de um conjunto de lugares (mundos possíveis, saberes partilhados), bem como do momento de enunciação onde ocorre interação, está ligada à identidade dos parceiros nesse processo comunicativo. E, a partir deles, o discurso jornalístico buscará o seu direito à fala, tendo como objetivo a ação sobre o público, em que essa “cenografia, de onde se origina a palavra é precisamente a cenografia requerida” (MAINGUENEAU, 2006, p. 114), e ancorada na memória coletiva que será validada positiva ou negativamente.

Assim, essa cena enunciativa será analisada por esse trabalho em duas notícias de jornais, em língua portuguesa de espaços distintos, nos quais a cenografia é moldada conforme o sentido que se pretende produzir, uma vez que “enunciar não é somente expressar idéias, é também tentar e legitimar o quadro de sua enunciação” (MAINGUENEAU, 2005, p.93).

Esse quadro de enunciação e a cenografia manifestam-se no texto por meio de marcas lingüísticas, que fornecem ao co-enunciador instruções precisas para a localização “dos referentes por ele visados em um determinado contexto” (MAINGUENEAU, 2005, p. 179).

Esse procedimento instrucional é mediado por uma relação cooperativa entre enunciador e co-enunciador, que pode ter como referência a própria enunciação. Essa,

por sua vez, é definida pela situação de enunciação (enunciador e co-enunciador, momento e lugar da enunciação) e sua manifestação se dá por meio de determinadas categorias que serão explicitadas durante a análise no capítulo seguinte. Análise que possibilitará confrontar a ideologia entre os dois espaços lusófonos em foco.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DO CORPUS

O objetivo deste capítulo é analisar as notícias retiradas do jornal *O Correio de Pombal*, sob o título “Associação do concelho de Soure - Samuel certifica alunos da escola da vida”, que será denominada de N1, e do jornal *O Pêndulo*, sob o título “Programa escola da Família amplia cursos e motiva comunidade”, que será denominada N2. No que concerne ao corpus, as notícias estão nos anexos deste trabalho, na sua integralidade e forma física.

3.1 O CORPUS

Por se tratar de jornalismo regional, observa-se que há uma inscrição temporal dos jornais “O correio de Pombal” e “O Pêndulo”, que não acontece diariamente, mas em determinado espaço de tempo. A publicação dos dois jornais acontece às quintas-feiras, quando as notícias relevantes da semana são publicadas. A realização desse gênero, então, é relativamente curta.

O jornal *O Correio de Pombal*, de Portugal, é um semanário do tipo tablóide, fundado em 1990, que traz informações regionais. Declara-se prestador de serviços e de informação da atualidade local ou regional, em pleno respeito pelos princípios deontológicos da imprensa e da ética profissional. Vendido também por assinatura, sua tiragem está por volta de 24 mil cópias mensais. *O Correio de Pombal* tem sede em Pombal, um concelho do distrito de Leiria, distante 150 Km de Lisboa e de Porto, e a 33 km de Coimbra. A distribuição do jornal é feita nos *concelhos* de Pombal, que compreendem 17 freguesias, e nos concelhos do Norte do distrito de Leiria e de Soure.

A notícia em análise tem como referência à freguesia de Samuel, a segunda maior do concelho de Soure. É um lugar que tem aproximadamente 1.398 habitantes, em uma área de 31,65 km². A base da economia local é a agricultura, apesar da existência de pequenas unidades industriais.

A notícia publicada no jornal português (N1) trata da questão da educação em relação à certificação concedida às pessoas que não têm escolaridade completa mediante a validação das habilidades e competências feita pelas técnicas, autorizadas pelo Ministério de Educação daquele país. Essa ação faz parte do acordo firmado entre os países europeus para que os cidadãos dos países que compõem a União Européia sejam capacitados a enfrentar os desafios econômicos e sociais da Europa nessa era global.

Segundo o acordo, toda a comunidade será beneficiada, uma vez que a melhor educação e a formação de adultos será revertida em qualificação profissional e na inclusão social de jovens e de imigrantes no mercado de trabalho, que necessita de profissionais que leiam e interpretem bem os textos.

Para vencer esse desafio, a União Européia incentiva a criação de programas de aprendizagens de adultos e a ampla divulgação deles por meio da mídia impressa, como a apresentada em N1, publicada em 23 de março de 2006, que ocupa a primeira página do tablóide, na parte inferior direita da folha, sob o título: **Samuel (Soure) Associação Certifica Competências – página 10**. Essa associação atende às exigências da União Européia e conta com 25 anos de existência. Sua área de atuação está centrada na ação social.

Na página 10 (seção região), há, ao lado esquerdo da página, três notícias relativas a esporte e lazer, e duas propagandas no rodapé da página. Na parte superior à direita, há a foto das técnicas portuguesas responsáveis pela avaliação, sentadas a uma mesa, em um local que sugere ser o escritório da associação, seus respectivos nomes estão abaixo da foto. Em seguida, é retomado o título da notícia, com mais detalhes do que na primeira página: **Associação do concelho de Soure Samuel certifica**

alunos da “escola da vida” ¹⁰ e há a assinatura da diretora adjunta do jornal, Paula Marques, ao final da notícia, à direita.

O Pêndulo (Brasil), instituição fundada na cidade de Campo Limpo Paulista em 1993, é um periódico semanal, de pequena tiragem, de circulação regional exclusivamente gratuita por ser patrocinada por comerciantes e prestadores de serviços, que o deixam a disposição de seus clientes e da comunidade. A diagramação do jornal segue o padrão comum do país. É um jornal que traz notícias tanto locais quanto regionais e nacionais, criticamente comentadas, sobre política, economia, cultura, literatura, saúde, ciência e esporte; sendo produzido por colaboradores e profissionais do jornalismo.

A notícia em análise, do jornal *O Pêndulo*, não é manchete de primeira página. Ela foi publicada na semana de 17 a 23 de março de 2006, na seção Região, no canto superior à direita, sem foto e sem assinatura.

A notícia do jornal *O Pêndulo* (N2) trata da ampliação de cursos do programa escola da família da escola Profº Dirney José Rossi, no bairro Nova Trieste, na cidade de Jarinu. Essa cidade fica distante 70 km da cidade de São Paulo; tem aproximadamente 20 mil habitantes, sua economia é baseada na agricultura, fazendo

¹⁰ Esse conceito se refere à validação das aprendizagens não formais e informais que reza o documento chamado a *Estratégia de Lisboa*, aprovado em março de 2000, na cidade de Lisboa, pelo Conselho Europeu, retomado em 2001 acrescentando que essa estratégia seria uma segunda oportunidade para os adultos e um incentivo a retomada dos estudos e a conseqüente formação continua [grifo nosso].

parte do circuito das frutas. A Secretaria Municipal de Educação dessa cidade firmou parceria, em outubro de 2005, com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para o desenvolvimento do programa no município.

Esse programa tem como objetivo abrir a escola aos finais de semana, transformando-a em um “centro de convivência, com atividades voltadas às áreas esportiva, cultural, de saúde e de trabalho”¹¹ para comunidades carentes.

As duas notícias (N1 e N2) procuram modificar a realidade em relação ao tema atemporal: educação. N1 tem como objetivo incentivar aqueles que não concluíram seus estudos a procurarem a instituição indicada pela notícia para avaliação das competências; N2 trata dos cursos oferecidos a comunidade da periferia na escola do bairro, durante os finais de semana, pelo programa escola da família, cujo objetivo já foi tratado anteriormente.

Assim, a partir dessa contextualização do corpus, passa-se a análise propriamente dita para confrontar os aspectos cenográficos e ideológicos nas representações escritas.

3.2. AS MARCAS CULTURAIS

¹¹ Conforme o disponível em: <http://www.escoladafamilia.sp.gov.br/apresentacao.html> acessado em 01/12/2007, às 10h50min.

Tendo por pressuposto que a linguagem é uma representação simbólica, a presente análise investigará as marcas culturais representadas na enunciação das notícias que tratam do tema educação, nos jornais regionais de Portugal e do Brasil, para, em seguida, confrontar os resultados.

O leitor é interpelado pela manchete, principalmente pelo termo em destaque (“**certifica** alunos da escola da vida”), deliberando, a partir dele, a carga semântica desse discurso, culturalmente significativo para a constituição do valor social do *ter* em detrimento do *ser* na sociedade capitalista. Por isso, o enunciador da manchete toma como referência o contexto e evoca a formação discursiva do interdiscurso, que confere valor legal a instituição, citada logo no início da manchete, junto à sociedade para certificar as competências e tornar *reais* as experiências de vida.

Essas idéias que são evocadas dizem respeito às referências que garantem a seriedade do programa para certificar alunos da escola da vida. Elas estão ancoradas em instituições, cujos papéis sociais são valorizados pela comunidade. São referências dadas pelo próprio jornal e pelo Ministério da Educação, e vêm marcadas em negrito nos seguintes trechos: “Durante uma visita à associação, **O CORREIO DE POMBAL** ¹², apurou que o **Ministério da Educação tem** um programa conhecido por sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências”; “A associação desenvolve ações de formação **financiadas pela União Européia**”; “Ao nível do ensino e

¹² Conforme original

educação, em colaboração **com a direcção Regional de Educação**, acções de formação e alfabetização [...].

Na seqüência, no primeiro parágrafo de N1, o enunciador, por meio do verbo *ser*, no presente do indicativo, produz o efeito de sentido de verdade incontestável que resgata novamente o valor da experiência de vida: “A vida **é** a melhor escola do ser humano”. Essa formação discursiva lembra a dos provérbios, fundamentalmente polifônica, que retoma enunciações anteriores e que, portanto, faz parte da cultura carregada de valor social, a qual o co-enunciador associa, automaticamente, ao sentido que está sendo construído pelo enunciador. O conceito, então, é asseverado por instituições de prestígio para o trabalhador, o qual é instituído na cena por meio da formação discursiva dos termos destacados: “**As empresas e entidades empregadoras** não têm dúvidas [...]”.

Esse jogo só é possível por causa da formação discursiva que estabelece o que dizer a partir das representações simbólicas da língua para uma dada comunidade.

A partir daí, se estabelece um conflito entre empregador/empregado, determinado pela cultura da sociedade capitalista que não pode atribuir valor ao conhecimento que não seja comprovado por meio do certificado e, assim, impõe ao co-enunciador esse valor por meio de coerções representadas no discurso, nos termos destacados: “As empresas e as entidades empregadoras [...] procuram **manter** a colaboração dos funcionários **mais competentes**” (sem certificação) “[...] por vezes

surtem **contra-tempos** que **impedem** os **trabalhadores** de progredirem na sua carreira”. Os valores sociais são relativos ao papel social conquistado pelo certificado que abrange a conquista de um poder aquisitivo, em que o limite dos sonhos é aquilo que o dinheiro pode comprar. Por isso o enunciador se sente seguro para continuar sua enunciação, porque sabe que o valor cultural da sociedade capitalista já faz parte da memória social.

Então o enunciador, o ancorado nesses princípios capitalistas, passa a fornecer informações precisas para que o co-enunciador (jovem ou adulto) mude de atitude: abandone seu papel social de “aluno da escola da vida” (analfabeto funcional) e alienado em relação aos valores da sociedade capitalista, papel entendido como um problema enquanto valor cultural: “Este **problema** tem os dias contados e **pode ser solucionado** numa [...]”.

O discurso jornalístico sugere, na verdade, um valor multicultural, porque diz respeito à sociedade capitalista como um todo, na qual a consciência básica (escola da vida) é colocada em confronto com a consciência crítica (escola formal): “Na prática, este processo permite, pela **apresentação** dos resultados da experiência de vida, de trabalho e de formações **não certificados, com a ajuda de** profissionais especializados, **identificar** as competências que foram adquiridas ao longo da vida pelos candidatos. O processo termina com a **validação** dessas competências”. Esse processo corresponde

ao mundo cultural da leitura e da escrita, que funcionam como alavanca para a construção da consciência crítica e como documento histórico.

O valor multicultural, então, está associado à educação formal, que certifica (comprova) as competências segundo seu próprio critério.

A segunda notícia, do jornal *O Pêndulo* (N2), partindo-se também da manchete: **‘Programa Escola da Família amplia cursos e motiva comunidade’**, sugere um outro caminho cultural a percorrer por meio das representações no discurso.

Primeiro o valor cultural do tema família para o brasileiro produz, a princípio, o sentido de preservação de valores morais, que correspondem aos princípios de cidadania, como aponta o dizer do monitor universitário: “Minha meta é **ajudar cada vez mais** as crianças dessa comunidade, pois **necessitam** de atenção, lazer entre outros”.

No dizer desse monitor, estão explícitas as necessidades pontuais do cotidiano da comunidade em questão, que passa a utilizar a escola também em finais de semana para o desenvolvimento de oficinas e projetos que diminuam o conflito entre a elite e a comunidade, pois a intervenção da cultura pode gerar aprendizagem e desvelar a realidade criada pelos valores capitalistas que dividiram as pessoas.

Por isso, o programa escola da família, por meio da política da paz, propõe a reconstrução da unidade por meio do conjunto de atividades que oferece à comunidade.

O enunciador enumera as atividades desenvolvidas na escola, enfocando principalmente os benefícios que elas poderão gerar para a comunidade: “[...] **Está desenvolvendo**, nos finais de semana, **cursos** de informática, pintura em tecido, artesanato, aulas de violão, inglês, oficina de pães e outros, além de **projetos de recreação**, esportes e sala de brinquedoteca [...] oficina de culinária, onde, além da panificação, os participantes **trocam** receitas e dicas para **melhorar** o cardápio, **gastando pouco dinheiro e evitando desperdício** de alimentos”.

Nesse trecho, pode-se vislumbrar a pedagogia do grande educador Paulo Freire, cuja proposta era aproveitar o conhecimento trazido pelo educando, permitindo a transição de uma consciência mágica para uma consciência crítica, por meio da comunicação, da interação e do respeito ao conhecimento do aluno, principalmente na expressão: “**Trocam** receitas e dicas”.

Essa pedagogia sugere, pois, uma educação cuja força é capaz de libertar o oprimido, isto é, gerar uma consciência multicultural, uma vez que há a valorização do outro na interação e a conseqüente melhoria da qualidade de vida.

Por isso a importância do programa educacional nesse contexto global, cuja proposta é de uma educação pela paz que cria o espaço do diálogo, da democracia e da oportunidade para todos.

Nesse sentido, o saber tem um valor *emancipador*, havendo, desse modo, a necessidade do investimento na educação de valores associados ao contexto brasileiro

(como sugere intrinsecamente a notícia) para interferir nos valores arraigados ao imaginário social, pois, segundo Paulo Freire: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.¹³

Em contrapartida, embora a cultura sedimentada da sociedade capitalista seja incapaz de resolver esses desafios do cotidiano, o programa procura atender esses valores exigidos pela sociedade capitalista, que também são os da comunidade que precisa se qualificar para concorrer às poucas vagas do mercado de trabalho. Essa necessidade está subtendida no texto, uma vez que a demanda obriga a criação de novas turmas de informática, como sugere o termo “amplia” da manchete e os termos destacados no dizer que se segue de outro monitor universitário, reproduzido no corpo da notícia em análise: “O **sucesso** do curso (de informática) vem da **vontade** das pessoas da comunidade em **melhorar** sua qualificação para o trabalho e do **desejo** de crescimento pessoal”.

Da mesma maneira que em N1, está inserido em N2 o valor cultural do programa por meio do estímulo para a adesão do público-alvo, informando sobre a localização da escola. O enunciador acrescenta também os nomes próprios dos gestores da escola e do coordenador para garantir a seriedade do programa: “[...] **na** Escola Professor Dirney Jose Rossi, **no** bairro da Nova Trieste [...] **Além** dos universitários participam também

¹³ Dizer citado por Moacyr Gadotti em “A voz do biógrafo brasileiro: a prática à altura do sonho”. Disponível em: www.ppbr.com/ipf/brasileiro.html acessado em 08/12/2007, às 10h30min.

do Programa Escola da família **na** EMEF Dirney José Rossi a gestora [...]”; e acrescenta que “As inscrições **permanecem** abertas para todos os curso”.

No dizer do universitário, nota-se a formação discursiva de um passado que sugere educação enquanto ascensão social, como em N1.

Dessa forma, o conhecimento corresponde a uma formação discursiva que não está dita, mas subentendida no discurso como uma reação à alienação que desumaniza a herança histórico-cultural, em que a educação é privilégio para poucos, como sugere o dizer do universitário citado pelo enunciador: “Participo do Programa [...] e estou **muito feliz** por essa **oportunidade** que me surgiu, pois **não tinha condições** financeiras para estudar, e **a parceria está me ajudando muito** [...]”.

Assim, o percurso de leitura aqui analisado procurou reconstituir a memória social, marcada pela língua portuguesa de Portugal e do Brasil em relação ao tema educação no discurso jornalístico de mídia impressa, uma vez que cada um dos espaços lusófonos, com suas peculiaridades, expressa seus próprios valores.

3.3. ASPECTOS IDEOLÓGICOS

A sociedade é constituída de grupos sociais. Esses grupos têm diferentes características que geram conflitos; entre essas características específicas de cada

grupo, pode-se mencionar o poder como o gerador de conflitos dentro desses grupos, uma vez que cada um interpreta um ao outro de maneiras distintas.

Assim, os aspectos ideológicos concernentes de N1 e N2 dizem respeito à luta social presente na notícia em questão. Tendo em vista a memória discursiva tratada no item anterior, essa análise que, a partir de agora será implementada, tem como tema a educação, conforme a formação discursiva constituída para veicular a ideologia no discurso jornalístico de dois espaços lusófonos distintos: Portugal e Brasil, levando-se em consideração que, por trás dos textos, existe uma ideologia implícita.

A notícia do Jornal *O Correio de Pombal*, N1, que trata da educação de jovens e adultos, coloca como referência para a construção de sentido a foto das técnicas e da presidente da associação que certifica a competência dos candidatos. Essa estratégia é fator determinante de leitura e, portanto, de cunho ideológico.

Em seguida, na manchete: “Samuel certifica **alunos da escola** da vida”, os termos destacados causam estranhamento, porque ampliam o efeito de sentido dos termos **alunos** e **escola** para o significado abrangente do termo “vida”.

Essa construção sugere um novo sentido para a aquisição de aprendizagem, procurando gerar uma formação discursiva contrária àquela que valorizava excessivamente o conhecimento intelectual.

Entretanto a formação ideológica, na verdade, permanece a mesma, uma vez que o efeito de sentido gerado é o da permanência da diferença social já estabelecida,

ora pelos termos selecionados em destaque na passagem citada ora pelo objeto de valor: certificado – que deve ser reconhecido.

A conquista desse valor, portanto, é mediada por um determinado grupo social, que, por sua vez, domina o saber, como sugere os termos em destaque no excerto a seguir: “[...] **Apesar** das competências não dispõe dos anos de escolaridade **exigidos** como meio de progressão da carreira”.

O discurso do jornal *O Correio de Pombal* reflete, então, a ideologia do discurso dominante, uma vez que atribui à questão da certificação a caracterização de “problema”, como se pode ver a seguir: “O **problema** não é recente e afecta muitas pessoas que, apesar das competências, não dispõe dos anos de escolaridade exigidos como meio de progressão da carreira”. Manifesta-se, nesse trecho, o imaginário social (conhecimento informal = a problema) absorvido pelo jornal e repassado como verdade aos seus leitores, principalmente àqueles a quem se destina o dizer. E, dessa forma, o jornal se constitui, por meio do dizer, o enunciador da ideologia dominante.

Além disso, utiliza os mecanismos da antecipação para reforçar ainda mais a ideologia dominante sobre quem domina o saber. O discurso jornalístico, de maneira entusiástica, garante o serviço prestado pela associação, que, por meio de referências que a considera “apta”, certifica as competências necessárias à progressão da carreira e prosseguimento do estudo, como sugere o excerto a seguir: “Este problema tem os **dias contados** e pode ser **solucionado** numa associação do concelho de Soure”.

Essa associação, embora particular, tem as ações financiadas pela União Europeia, o que indica uma parceria não só financeira, mas também ideológica, uma vez que as duas estabelecem paradigmas para avaliação da competência e conseqüente certificação. Ela assume assim o lugar da segunda “oportunidade”, como sugere o excerto a seguir: “[...] **Promove**, em colaboração com Direcção Regional de Educação, acções de formação e alfabetização, o que permite aos adultos beneficiar de uma **segunda oportunidade** educativa”.

Esse é um discurso ideológico que se mostra ligado, intrinsecamente, ao poder econômico do capital financeiro de indústrias. Nesse sentido, o jornal presta o serviço de tornar popular a ideologia dominante por meio de seu discurso.

Quanto à notícia do Jornal *O Pêndulo*, cuja manchete: ‘Programa Escola da Família amplia cursos e motiva comunidade’ manifesta também, como N1, uma ideologia em relação à educação. Nessa manchete, está explícita a configuração de duas classes sociais: uma que “amplia cursos” e que, portanto, domina, e outra sujeita a essa classe.

A partir daí, por meio dos mecanismos a seguir numerados, o enunciador constrói uma imagem positiva do Programa Escola da Família: 1) do da antecipação, como sugere o excerto a seguir, em que o valor que está em jogo é a qualificação profissional: “[...] Vontade das pessoas da comunidade em **melhorar sua qualidade para o trabalho** e do desejo **de crescimento pessoal**”; 2) o das relações de força por meio da

citação dos papéis sociais dos sujeitos envolvidos no programa: universitários, gestores e coordenador do programa no município, e 3) o de sentido gerado por outros discursos presentes no discurso da notícia: “Melhorar a qualificação para o trabalho e do desejo de crescimento pessoal”, representando o discurso capitalista, ou em: “[...] Pois necessitam de atenção, lazer [...]”, representando o discurso pedagógico.

Assim, o discurso das duas notícias não está isolado, mas faz parte de muitos outros e também do repertório do discurso jornalístico. As formações discursivas N1 apontam para a formação ideológica de alienação: “As empresas e entidades empregadoras não tem dúvidas disso e procuram manter a colaboração dos funcionários mais competentes mas [...] anos de escolaridade exigidos como meio de progressão da carreira”; enquanto, em N2, a formação discursiva aponta para uma formação ideológica de inclusão: “[...] Programa [...] amplia curso e motiva a comunidade; “[...] está desenvolvendo, nos finais de semana, cursos”; “[...] trocam receitas e dicas para melhorar o cardápio gastando pouco dinheiro e evitando o desperdício de alimentos”; “[...] todos os domingos preparamos algum prato que posteriormente é degustado pelos freqüentadores[...]; “[...] minha meta é ajudar cada vez mais [...]”.

As duas notícias apontam para a crise da educação, uma vez que há, nas entrelinhas, apelo à participação do público alvo, tendo em vista que as duas indicam onde e como participar dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino, usando

argumentos bastante convincentes, como depoimentos de pessoas que desempenham papéis importantes na própria instituição, recurso muito explorado por N2: “[...] Participo do Programa Escola da Família desde o dia 4 de fevereiro deste ano e estou muito feliz por essa oportunidade [...]”. O próprio jornal, enquanto enunciador, emite opinião a favor da instituição escolar, como sugere o excerto a seguir em N1: “[...] existe uma instituição designada de Associação Cultural e Recreativa de Samuel que está **apta a** certificar as competências [...]”.

Na medida em que o sentido vai sendo construído por meio do imaginário constituído pela linguagem, que aponta para a formação ideológica, novos desafios vão se constituindo por meio de um olhar crítico sobre a própria realidade que vai além das palavras. Assim, as notícias acabam incentivando uma reação que reverta a situação de alienação que submete as camadas populares, tanto da nação portuguesa quanto da nação brasileira, mantendo, por meio da linguagem, o domínio, em nome da norma. Mostram, então, que ampliar as oportunidades no campo da educação se faz urgente neste tempo de globalização.

É nesse sentido que o confronto entre os diferentes espaços lusófonos se faz importante, justamente porque é uma maneira de construir uma consciência crítica, que traz, como consequência, o multiculturalismo.

3.4. ASPECTOS CENOGRÁFICOS

Com base no conceito de cenografia tratado neste trabalho, inicia-se a análise das notícias de Portugal (N1) e Brasil (N2), a fim de reconstruir a cenografia e apontar as semelhanças e as diferenças entre esses discursos de espaços lusófonos distintos.

Essa análise procurará mostrar que as cenografias evocadas pelas notícias em questão emergem do interdiscurso, para, em seguida, relacionar essas cenografias à constituição das semelhanças e diferenças, de acordo com as seguintes categorias operacionais: o enunciador, o co-enunciador, a cronografia e topografia.

3.4.1 A CENA DE ENUNCIÇÃO INSTITUÍDA NAS NOTÍCIAS DE PORTUGAL E BRASIL

A cena de enunciação constitui-se de três cenas: a englobante, a genérica e a cenografia. Embora já tenha sido tratado neste trabalho sobre o quadro cênico, é bom lembrar que o gênero em questão geralmente procura seguir uma rotina e tende a relatar objetivamente os fatos. Por isso o jornalista não deverá opinar sobre o fato, para que sua linguagem seja neutra.

Trata-se, deste modo, de um gênero do discurso jornalístico, em que se definem não só os sujeitos do discurso em relação dialógica (um jornalista e um leitor), mas

também o papel que cada um desempenha na trama discursiva, conforme o contrato pressuposto para que haja diálogo e troca de informações. Entretanto, não é com o quadro cênico que se depara o leitor, mas com a cenografia. Assim, é ela o objeto de estudo do próximo tópico.

3.4.1.1. A QUESTÃO DO ENUNCIADOR E CO-ENUNCIADOR

Tendo em vista que todo enunciado está intimamente ligado às circunstâncias de sua produção, ou seja, há um universo de sentidos construído por meio da enunciação, a cenografia se revela por meio do enunciador e co-enunciador em um determinado tempo e em um determinado espaço.

A partir dessas categorias, a enunciação pressupõe e legitima a cena. Dessa forma, a cenografia aqui reconstituída revelará a maneira como o sujeito constrói sua própria inscrição e a de seu co-enunciador no discurso, ou seja, a subjetividade, que é inerente a linguagem, mas negada, principalmente, no discurso jornalístico, cuja cena genérica segue uma determinada rotina que já está instituída no imaginário social.

Sob essa perspectiva, dá-se início a análise da notícia (N1) do jornal *O Correio de Pombal* (Portugal), para perceber se há desvio dessa rotina.

O plano de enunciação de N1 é uma mistura de fragmentos embreados de pessoa e de não-embreados (não-pessoa), porque se apresenta, a princípio, em

terceira pessoa, produzindo o efeito de sentido de autoridade, em decorrência do distanciamento que estabelece do co-enunciador; tenta-se, assim, assegurar certa neutralidade para legitimar o discurso, como sugerem os trechos a seguir: “Samuel **certifica** alunos da escola da vida”; “A vida **é** a melhor escola do ser humano”; “Este problema **tem** os dias contados”.

Mais adiante, o nome do jornal é escrito em letra maiúscula no corpo da notícia, indicando o responsável pela apuração da informação que está sendo veiculada. Essa estratégia produz o efeito de referência direta, recuperando a imagem de autoridade que o jornal conquistou junto ao leitor. Com isso, a enunciação é legitimada: “Durante uma visita à associação, **O CORREIO DE POMBAL**¹⁴, **apurou** que [...]”.

Após o uso dessa estratégia, no sétimo parágrafo, a primeira pessoa do plural (nós) inaugura um outro plano enunciativo: “Curiosamente no dia em que **visitávamos** a instituição”. Com essa estratégia, o enunciador, que assina ao final da notícia, constrói um sujeito coletivo. Esse “nós” que se refere ao jornal, *O Correio de Pombal*, e ao jornalista que escreve a notícia está associado a um fragmento não-embreado¹⁵, isto é, o verbo está no pretérito imperfeito, para narrar um fato anterior ao presente dêitico utilizado no início do texto. O presente dêitico corresponde à simultaneidade em que o enunciador e co-enunciador se relacionam no espaço (aqui) tempo (agora). Essa

¹⁴ Conforme original.

¹⁵ Segundo Maingueneau, a embreagem diz respeito “ao conjunto das operações pelas quais um enunciado se ancora na sua situação de enunciação” (MAINGUENEAU, 2005, p.108).

estratégia produz o efeito de sentido de suspense, uma vez que “do ponto de vista aspectual, o imperfeito designa processos apreendidos enquanto se desenrola” (MAINGUENEAU, 2005, p.122). Esse procedimento de mudança do plano enunciativo justifica os acontecimentos do início do texto e possibilita ao enunciador argumentar a respeito do fato noticioso, o que corresponde à manifestação de subjetividade (melhor explicada adiante).

A enunciação estabelece os papéis para o co-enunciador gradativamente: primeiro, expressão “aluno da escola da vida” integra o leitor na carga semântica positiva que esses termos evocam; depois, o institui no de “funcionários mais competentes” e determina um *status* – efeito gerado pelo índice para avaliação comparativa “mais”, que estabelece diferenças entre os trabalhadores, o que gera o clima da competitividade, um dos princípios do capitalismo; em seguida, determina o papel de “pessoas” associado a “problema”, enquanto contra-tempos que impedem a progressão da carreira”, nesse caso o leitor é incluído na categoria geral daqueles que não progridem em decorrência da falta de escolaridade, mas de maneira que ele não seja humilhado.

O enunciador procede usando essa estratégia e gerando efeitos de sentido variados (candidato, participante, destinatário, jovens, adultos, etc), instituindo uma cenografia que se mostra bastante adequada à situação delicada a que está submetido

esse co-enunciador: a de exclusão social, uma vez que as normas são instituídas de cima para baixo. Assim, a cenografia instituída prima pela preservação das faces. .

Diferentemente do plano cenográfico de N1, em N2 o enunciador procura apagar sua presença no texto por meio da não-pessoa, do início ao fim do texto. Trata-se, portanto, de um plano não-embreado.

O efeito de sentido gerado por esse plano é de imparcialidade, de objetividade dos fatos, de verdade pelo distanciamento que se estabelece entre enunciador e co-enunciador como sugere os excertos a seguir: “Programa Escola da Família **amplia** cursos e **motiva** comunidade”. O enunciador anônimo faz referência à finalidade e importância do Programa para a comunidade, e assim institui gradualmente a cenografia adequada para o gênero em questão, uma vez que o papel social instituído pelo enunciador sugere a não-pessoa.

Assim, essa estratégia, semelhante ao discurso científico, busca isentar de responsabilidade o dizer do enunciador, como se vê no exemplo a seguir, em que há o apagamento de marcas por meio da embreagem verbal (voz passiva): “Também **foi instalada** a oficina de culinária”.

Com essa estratégia, a manchete e a notícia em questão estão centradas na não-pessoa da instituição (“O Programa escola da Família **amplia** [...]”), apresentando a imagem de auto-suficiência, indicada pelo verbo em destaque “amplia”.

O co-enunciador é intrínseco na manchete, por meio do imaginário que resgata a palavra “comunidade”. Esse procedimento implica na caracterização genérica que engloba: aqueles que pertencem à comunidade do bairro em que fica a escola.

Em seguida, o enunciador institui um lugar específico para o co-enunciador e o ajusta à carga semântica do termo para a finalidade da notícia (espaço para convivência): “[...] **Os participantes** trocam receitas e dicas para melhorar o cardápio, gastando pouco dinheiro e evitando desperdício de alimentos [...]”.

Depois dessa manifestação do papel do co-enunciador, determinado pelo enunciador como “participante”, ele se distancia do co-enunciador, mas continua o jogo cenográfico de determinação do papel social do co-enunciador, por meio da citação de discursos diretos que geram a imagem *identitária* da comunidade carente, como se pode perceber nas expressões destacadas no dizer dos monitores universitários: “[...] **Vontade** das pessoas da comunidade em **melhorar** sua qualificação para o trabalho e do **desejo** de **crescimento** pessoal”; “**todos os domingos** preparamos algum prato que posteriormente é **degustado pelos freqüentadores** da escola [...]”; “Minha meta **é ajudar** cada vez mais as crianças dessa comunidade, pois **necessitam de atenção, lazer** [...]”.

Além dessa estratégia em N2, o enunciador utiliza siglas que se referem especificamente a questões regionais, o que implica que o leitor tem de ter certo conhecimento de mundo para a apreensão do sentido: “[...] **EMEF** Dirney José Rossi”.

Esses exemplos representam apenas uma parte das estratégias cenográficas para determinação de papéis e para instituição da identidade revelada por meio da língua portuguesa nos dois espaços lusófonos distintos.

A maneira como cada qual institui os papéis e a identidade própria de cada grupo social, por meio da língua, que parece a mesma, mas é diferente ao gerar imagens peculiares para cada leitor em potencial. De um lado, o enunciador escolhe expressões que preservam a face do co-enunciador, procurando não ferir o orgulho lusitano e apontando para a função da escola enquanto certificadora de competências. De outro lado, o enunciador apela para expressões que sugerem a carência social em que está mergulhada a comunidade, e o papel social da instituição escola enquanto espaço de convivência para amenizar a situação.

A estratégia de apagamento destaca os referentes associados aos fatos, personagens, tempo e lugar, que adquirem nesse contexto o estatuto de verdade e reforça a ilusão de transparência. Assim implementada a análise, pode-se perceber a identidade social por meio da língua, uma vez que:

Uma das funções sociais da linguagem é marcar e apresentar a identidade do indivíduo e de seu status e papel, a língua pode servir de meio para sublinhar uma distinção social, a língua se torna um meio de exprimir a qualidade das relações sociais [...] (NASCIMENTO; In BASTOS, 2004, p.29).

3.4.1.2. A QUESTÃO DA SUBJETIVIDADE

Dentre as características do gênero notícia, não há espaço para a subjetividade, mas é impossível o enunciador não emitir juízo de valor diante dos fatos, uma vez que “todo enunciado possui marcas de modalidade” (MAINGUENEAU, 2005, p. 107), como sugerem os termos em destaque nos seguintes trechos:

Neste exemplo da N1, o enunciador procura elevar o valor do substantivo vida por meio do adjetivo: “A vida é a **melhor** escola do ser humano”.

O termo destacado, no excerto a seguir, emite um juízo negativo a respeito da falta de escolaridade: “[...] por vezes surgem contra-tempos que impedem os trabalhadores de progredirem na sua carreira. O **problema** não é recente e afecta muitas pessoas”.

O enunciador, ao escolher a conjunção em destaque na passagem a seguir, manifesta sua indignação contra a desvalorização da competência não-certificada: “[...] que, **apesar das** competências [...]”.

A notícia do jornal *O Pêndulo* também manifesta a subjetividade por meio do uso do gerúndio, que expressa uma ação prolongada, em lugar do presente que é comum no discurso jornalístico. Essa escolha verbal sugere a intenção do enunciador em incentivar o co-enunciador a participar dos cursos propostos: “[...] **está desenvolvendo**,

nos finais de semana [...]”; ou dos benefícios que esse programa traz para outras pessoas, como os monitores universitários que são beneficiados pela bolsa que o programa concede: “**Está** me **ajudando** muito [...]”.

Assim, percebe-se que o enunciador sempre marca a sua presença por meio de modalizadores, ao escolher as palavras para representar o mundo, colaborando também para a constituição da cenografia.

No jornal regional, a notícia normalmente não é assinada. Quando isso é feito, como em N1, o objetivo é tornar legítimo o dizer. A autora, que também é diretora do jornal, assume o ponto de vista do relato dos fatos, organiza o texto de maneira a torná-lo compatível com o gênero em questão. O mesmo não acontece no jornal *O Pêndulo*, no qual quem assume a responsabilidade sobre o dizer é o próprio jornal.

Essa constatação torna evidente, sobretudo, a estratégia de convencimento instaurada pela cenografia tanto do jornal *O Correio de Pombal*, cuja marca de autoria está explícita, quanto do jornal *O Pêndulo*, cuja notícia não está assinada.

3.4.1.3. A QUESTÃO DO OUTRO NO DISCURSO

Tendo por princípio que linguagem é dialógica, como afirma Bakhtin, pode-se, portanto, afirmar que existem outros discursos dentro das notícias em análise que se

manifestam na consciência do locutor, bem como há a presença de outros enunciados, o que pressupõe a imagem do outro e, conseqüentemente, de interlocutores.

Então é correto afirmar que o discurso é heterogêneo. Mas os enunciadores das notícias em análise tentam mascarar esse caráter da língua, utilizando o discurso direto, que produz o efeito de sentido de homogeneidade e transparência.

Por meio do discurso citado, tem-se a ilusão de que as palavras do outro estão reproduzidas na íntegra, ao mesmo tempo e no mesmo espaço do discurso. Esse fenômeno é denominado de *simulacro* por Maingueneau, como se pode perceber no excerto a seguir retirado da notícia do jornal português:

N1: “Por vezes surgem interessados que tiram férias e disponibilizam-se para fazer os exames com maior frequência. Porém existem outras situações que, por falta de tempo disponível, levam mais tempo. Mas os objetivos são comuns: obter a certificação das suas competências’, **esclarece**”.

O jornal brasileiro, por sua vez (N2), explora muito mais esse recurso. Dos quatro discursos diretos citados pelo enunciador, tome como exemplo o seguinte:

N2: “O sucesso do curso vem da vontade das pessoas da comunidade em melhorar sua qualificação para o trabalho e do desejo de crescimento pessoal’, **diz ele**”.

Os dois excertos, que exemplificam o discurso direto nas notícias dos dois espaços lusófonos distintos, apontam para processos enunciativos diferentes dentro da enunciação que os cita, ou seja, são processos enunciativos autônomos, com suas próprias marcas enunciativas, delimitadas pelas aspas.

O discurso indireto utilizado em N1 e em N2 procura produzir o efeito de sentido de integração entre o sentido do discurso citante e do equivalente semântico do discurso citado, dando a impressão de que há um único enunciador, como sugere o excerto a seguir: “Teresa Pedrosa, coordenadora do Centro de Reconhecimento de Competências, **afirma que** o programa tem uma grande procura”, mas, na verdade, há outra voz que se faz presente no discurso. O mesmo ocorre em N2: “[...] Monitor do programa desde outubro, **explica que** foram criadas quatro novas turmas de informática”. Esse fenômeno aponta para o caráter social da língua.

Assim, reconstruída as cenografias das notícias dos jornais de espaços lusófonos distintos, nota-se que os papéis específicos do enunciador e do co-enunciador, explicitados durante a análise, procuram a legitimidade, que depende também do tempo e do espaço, critérios que serão tratados a seguir.

3.4.1.4 A QUESTÃO TEMPO

O tempo enunciativo será objeto de enfoque nessa questão das notícias de Portugal e Brasil. Mas é necessário recordar que, em Portugal, a preocupação principal é com a capacitação dos portugueses para se adaptarem ao contexto multicultural e que, no contexto temporal brasileiro, a preocupação é com a convivência social.

Diante desses contextos, cada um dos espaços lusófono implementou ações educacionais para enfrentar os desafios sociais, expressos por meio da língua portuguesa, como se verá na análise a seguir.

Por se tratar do gênero notícia, a manchete desempenha um importante papel para posicionar o co-enunciador na situação de enunciação tanto em N1 como em N2. Por isso, será abordada principalmente a categoria verbal, uma vez que, por meio dela, é possível perceber o tempo da enunciação.

O verbo da manchete da notícia do jornal português está no presente do indicativo, típico do discurso jornalístico, com o objetivo de produzir um enunciado cuja referência está ancorada na data da publicação do jornal.

Assim, nesse enunciado, o tempo verbal escolhido é um embreante ou um “elemento dêitico” como denomina Maingueneau, que marca o fenômeno da embreagem, pois produz o efeito de sentido que representa “o próprio momento em que

se produz o enunciado que contém esse presente” (MAINGUENEAU, 2005, p. 108):

‘Samuel **certifica** alunos da escola da vida’.

Em contrapartida, com o intuito de narrar uma situação anterior à situação de enunciação, os verbos utilizados no passado resgatam um fato considerado relevante para legitimar a enunciação a respeito da instituição, apta para certificar as competências dos candidatos. Para tanto, além do verbo, o enunciador usa também dois embreantes, “durante” e “no dia”, que procuram modificar o verbo que vem a seguir: “**Durante** uma visita à associação, O Correio de Pombal **apurou...** [...] **no dia** em que **visitámos** a instituição [...]”.

Nos exemplos destacados a seguir, a declaração, reproduzida em discurso direto, no texto da presidente da associação, Teresa Pedrosa, está marcada por embreantes temporais, ancorados na situação de enunciação. Assim, os interessados recebem as informações com efeito de sentido de realidade, porque se referem a circunstâncias que estão relacionadas ao co-enunciador: “**Por vezes** surgem interessados que tiram férias e disponibilizam-se para fazer os exames **com maior frequência**. Porém, existem outras situações que, por **falta de tempo** disponível, levam mais tempo [...]”; “**Os tempos livres** de crianças e jovens também estão assegurados [...]”.

Esse exemplo de referência temporal narra fatos ocorridos antes da situação de enunciação, que busca resgatar imagens essenciais para o sentido que se pretende

construir por meio da memória: “As competências que **foram adquiridas ao longo da vida** pelos candidatos”.

O interdiscurso, nesse caso, faculta a apreensão do efeito de sentido que se pretende, uma vez que, ao mencionar a data da fundação da instituição, está implícito a experiência em certificar as competências dos candidatos: “[...] Solidariedade social **fundada em 1982** com várias valências de âmbito social e educação...”.

Quanto ao tempo da enunciação da notícia do jornal *O Pêndulo* (N2), ele está também ancorado na situação de enunciação, portanto o tempo é presente: “Programa Escola da Família **amplia** cursos e **motiva** comunidade”.

Para assegurar a importância do curso de informática oferecido pela escola para a comunidade, o enunciador associa a quantidade de tempo que o monitor está prestando serviços à comunidade em questão por meio do emblema em destaque: “[...] Monitor no programa **desde outubro passado**, explica que [...]”.

Assim, o tempo verbal presente, que ancora os fatos na situação de enunciação, ou o passado, como foi apontado na análise, escolhidos para enunciar as notícias N1 e N2, são semelhantes e seguem a rotina do gênero nos dois espaços lusófonos em questão, gerando os feitos de sentidos desejados por aqueles que o texto.

3.4.1.5. A QUESTÃO DO ESPAÇO

Os marcadores espaciais apontam para um distanciamento do ponto de referência em que se dá a enunciação. Observe isso em um trecho da notícia do jornal *O Correio de Pombal* (N1): “[...] Pode ser solucionado **numa** associação do concelho de Soure. **Na** freguesia de Samuel, **próximo de** Montermor-o-Velho, existe uma instituição designada de Associação Cultural e Recreativa de Samuel [...]”; “Durante uma visita **à** associação[...]”. Essa estratégia produz o efeito de sentido de distanciamento. É olhar o fato sob outra perspectiva, que normalmente não corresponde a daqueles que estão envolvidos.

Isso ocorre de forma semelhante na relação espacial entre enunciador e co-enunciador da notícia do jornal *O Pêndulo*: “[...] **na** Escola Professor Dirney José Rossi, **no bairro** da Nova Trieste [...]”.

Foi possível identificar algumas marcas lingüísticas manifestas na superfície textual, que produzem efeito de sentido de distanciamento do ponto de enunciação. Esse distanciamento, por sua vez, produz sentidos na enunciação como foi explicitado na análise.

Assim, o uso dos papéis do enunciador do jornal *O Correio de Pombal* por meio da não-pessoa, da primeira pessoa do plural e do co-enunciador, enquanto leitor do

jornal que não tem os anos de escolaridade exigidos por lei, torna-se legítimo para seduzir o público alvo a se submeter à certificação. Dessa forma, a cenografia, ancorada na cena validada da notícia, informa o leitor para “[...] se beneficiar da segunda oportunidade”.

A cenografia constituída na notícia do jornal *O Pêndulo*, por sua vez, tem como enunciador o próprio jornal por meio da não-pessoa para ser objetivo, sendo que o co-enunciador é a comunidade do bairro. Por meio dessa cenografia, se procura legitimar o discurso sedutor para a promoção da educação cidadã.

Ao ser realizada esta análise, fica evidente que brasileiros e portugueses expressam-se de maneiras diferentes. Cada qual institui os papéis e a identidade própria de cada grupo social por meio da língua, que parece a mesma, mas diferente ao gerar imagens peculiares para cada leitor em potencial.

De um lado, o enunciador escolhe expressões que preservam a face do co-enunciador, procurando não ferir o orgulho lusitano e apontando para a função da escola enquanto certificadora de competências. De outro lado, o enunciador sugere a carência social em que está mergulhada comunidade que analisa de certa distância, e o papel social da instituição escola enquanto espaço de convivência para amenizar tal situação.

São pontos de vista antagônicos em relação ao mesmo tema, educação, abordado segundo as formações discursivas de um interdiscurso peculiar e muito diferente.

Brasil é um espaço lusófono, no qual a língua portuguesa tem uma marca de identidade exclusiva, a ponto de ser chamada de *língua brasileira*, que uni as pessoas de varias formas, neste grande espaço, denominado de nação brasileira.

Enquanto Portugal, espaço lusófono, está sempre voltado às novas conquistas, sob a perspectiva da construção de seu imaginário plural, ou seja, das culturas comuns européias.

Percebe-se que há um vínculo cultural entre Brasil e Portugal, que corresponde à questão da língua. Nesse sentido, a educação brasileira deve primar pelo multiculturalismo tanto quanto a dos portugueses, a despeito de qualquer tradição que deixou como herança a formação discursiva e, conseqüentemente, a ideologia que foi possível perscrutar nesse trabalho por meio da reconstrução da cenografia, ao considerar que a linguagem é o lugar das determinações ideológicas e não somente um fator de discriminação e poder dos seguimentos dominantes.

Esse caráter de determinação diz respeito à maneira de significar a língua por meio do discurso, como se buscou apontar aqui, por meio da análise das duas notícias de jornais regionais, cuja linguagem configura os contrastes e confrontos das relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, com esse estudo, apresentar ao leitor as semelhanças e as diferenças desses dois países do universo lusófono, Portugal e Brasil, partindo-se da reconstrução da cenografia, das marcas lingüísticas, da formação discursiva e da formação ideológica.

O tema do trabalho, como foi esclarecido na introdução, é a educação, tratado por meio de duas notícias de jornais. A notícia publicada no jornal português, O Correio de Pombal (da cidade de Pombal), trata da questão da educação em relação à certificação concedida às pessoas que não têm escolaridade completa, mediante a validação das habilidades e competências feita pelas técnicas autorizadas pelo Ministério de Educação de Portugal, pertencentes a uma Associação do Concelho de Soure na freguesia de Samuel. Essa ação faz parte do acordo firmado entre os países europeus para que os cidadãos desses países que compõem a união européia sejam capacitados a enfrentar os desafios econômicos e sociais da Europa na era global. Segundo o acordo, toda a comunidade será beneficiada, uma vez que a melhor educação e a formação de jovens e adultos reverterá em qualificação profissional e inclusão social.

A notícia publicada no jornal brasileiro, O Pêndulo (da cidade de Campo Limpo Paulista), trata da ampliação dos cursos do Programa Escola da Família, oferecido pela Escola Profº Dirney Jose Rossi, no bairro Nova Trieste, na cidade de Jarinu. Esse programa tem como objetivo abrir a escola aos finais de semana, transformando-a em um centro de convivência, com atividades voltadas para as áreas: esportiva, cultural, de saúde e de trabalho para comunidades carentes.

Partindo de um breve histórico sobre o discurso jornalístico da mídia escrita e considerações sobre o jornalismo regional, da linguagem do jornal e de considerações teóricas sobre cenografia e ideologia, observou-se a notícia como o gênero mais importante do discurso jornalístico, o motivo de existir do jornal, por veicular informações que instigam o interesse pela leitura.

Observou-se que o discurso jornalístico usa a manchete, para provocar hipóteses quanto ao conteúdo do texto ou fotos que permitem prever sobre do que trata o texto. Sobretudo, para que se cumpra a finalidade do gênero, é imprescindível que o tema abordado – de caráter sócio-político – apresente um grau de informação equilibrado a fim de envolver o leitor como participante ativo do processo de compreensão e interpretação do texto por meio de uma parceria, em que o co-enunciador partilhe dos conhecimentos básicos: da língua; de mundo e de contexto.

Com efeito, por se tratar de língua portuguesa de espaços distintos, o entendimento das notícias apresentadas dependeu do conhecimento prévio do leitor

sobre o contexto para apreensão das marcas culturais, presentes na língua portuguesa que apontam para a identidade de cada país.

Os aspectos ideológicos que compõem o discurso das notícias em análise se constroem a partir do imaginário constituído pelo enunciador através de estratégias como: inferência, força e sentido, que a língua com seus aspectos culturais bem definidos permite a cada um dos espaços lusófonos construir sobre o tema educação, apontando para o confronto entre as classes sociais em relação à aquisição do conhecimento para ascensão social.

Além disso, esta análise procurou mostrar aspectos cenográficos evocados pelas cenografias das notícias em questão, que emergem do interdiscurso gerado pelas formações discursivas articuladas às formações ideológicas de acordo com as seguintes categorias: enunciador, co-enunciador, cenografia e topografia.

Os papéis sociais são instituídos pelo enunciador por meio de estratégias que legitima a cena; são mecanismos para dar efeito de verdade, distanciamento ou proximidade na relação entre os co-enunciadores. Nessa reconstrução, é possível apreender também a opinião do enunciador em relação ao tema discutido, como foi possível apontar na análise, mesmo que suas marcas enunciativas não estivessem evidentes, o que caracteriza a questão da subjetividade.

Verificou-se que uma segunda questão bastante explorada no gênero notícia é a questão dialógica que manifestada para produzir o efeito de sentido de verdade ora por

meio do discurso direto ora por discurso indireto. Esse recurso utilizado pelo enunciador produz a ilusão de que as palavras realmente são da testemunhas do fato em função do simulacro construído.

Foi visto que o tempo da enunciação do gênero em questão é o presente para ancorar os fatos na situação de enunciação, o que produz o efeito de sentido de atualidade. Os espaços são explorados nas notícias de maneira a produzir o efeito de sentido de distanciamento em relação ao ponto de referência, o que determina a maneira de expor o fato.

Diante das considerações apresentadas, conclui-se, com efeito, que as notícias dos dois espaços lusófonos distintos contribuíram para o reconhecimento de características culturais próprias, manifestadas pelas formações discursivas (que determina o que dizer) e pela formação ideológica (que determina o que pensar) dos dois países em questão diante do uso da língua portuguesa.

Deixa-se claro que a análise apresentada, neste trabalho, longe de querer esgotar as possibilidades de leitura das notícias, procurou, analisando a cenografia que emerge na enunciação do discurso, confrontar o discurso de Portugal e o discurso do Brasil. Além disso, este estudo pretendeu penetrar no universo lusófono para assim contribuir para o enriquecimento multicultural.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Neusa Barbosa (Org). *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: EDUC, 2006.

BAKHTIN, M. (Voloshinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Huicitec, 1981.

BARROS, Diana L.P. de . *Teoria semiótica do Texto*. São Paulo: Ática, 2003.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *A introdução à análise do discurso*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

COSTELLA, Antonio F. *Comunicação do grito ao satélite: história dos meios de comunicação*. 4 ed. São Paulo: Mantiqueira, 2001.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1996.

DINES, Alberto. *O papel do Jornal*. 4 ed. São Paulo: Summus, 1986.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Trad. Freist, H. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 1997.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à lingüística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KOCH, Ingedore G.Villaça. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 8 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *Texto e coerência*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

KUNCZIC, Michael. *Conceitos de jornalismo*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo, SP: Ática, 2001.

_____. *Ideologia e técnica da notícia*. 3. ed. Florianópolis, SC: Insular, Ed da UFSC, 2001.

_____. *Estrutura da notícia*. 5 ed. São Paulo: Ática, 2002.

LIMA, Alceu Amoroso. *O jornalismo como gênero literário*. 2 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1969.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: MG. UFMG, 2000.

_____. *Análise de textos de comunicação*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

MANTOVANI, Anna. *Cenografia*. São Paul: Ática, 1989.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela P. et al. *Gêneros textuais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARX, Karl. *A liberdade de imprensa*. Tradução Brasileira de Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 1980.

MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto à venda*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

OR

LANDI, Eni P. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 2003.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Pontes, 1996.

_____. O inteligível, o interpretável e o compreensível. In: ZILBERMAN, Regina e SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1991.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SILVEIRA, Regina Célia P.da. Implícitos Culturais: ideologia e cultura em expressões lingüísticas do Português brasileiro. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua portuguesa em calidoscópio*. São Paulo: KDUC/FAPESP, 2004.

VASCONCELOS, Sílvia Inês C.C. de (Org.). *Os discursos jornalísticos: manchete, reportagem, classificados e artigo*. Paraná: UNIVALI/EDUEM, 1999.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

CONCELHO de Pombal. Disponível em: <http://www.concelhodepombal.com>. Acessado em: 29 nov. 2007, às 14h40min.

EDUCAÇÃO em Portugal. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Educa%C3%A7%C3%A3o_em_Portugal&oldid=7186710. Acessado em: 29 nov. 2007, às 14h26min.

FUNDAMENTOS teóricos da pesquisa. Disponível em: http://sweet.ua.pt/~f7111/documentos/tese/2-2__fundamentos.pdf. Acessado em: 3 out. 2007, às 14h00.

GADOTTI, Moacyr. *A voz do biógrafo brasileiro: a prática à altura do sonho*. Disponível em: <http://www.ppbr.com/ipf/bio/brasileiro.html>. Acessado em: 25 ago. 2007, às 10h30min.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Norma e Prescrição Lingüística*. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling12.htm>. Acessado em: 8 set. 2007.

NOVOA, Antonio. Histórias da vida. In: Caderno de Formação, nº 3, *Educação de adultos*, Departamento da Ed.Básica Núcleo de Educação Recorrente e Extra-Curricular. Agosto/19973 (ORG): SAMARTINO, Lyz; TORRES, Maria de Carvalho. Disponível em: www.dgfdc.minedu.pt/fichdown/Recorrente/Cadernos_formacao/Educacao_Adultos Acessado em: 8 dez. 2007, às 12h51min.

SILVA, Carlos Bruno Rodrigues da. *Historia da Comunicação*. Disponível em: <http://student.dei.uc.pt/~cbsilva/>. Acessado em: 15 set. 2007, às 17h37min.

SOUZA, Ana Inês. *A Pedagogia Paulo Freire*. Disponível em: www.cefuria.org.br/doc%5Ceducpoppedpf.pdf. Acessado em: 8 dez. 2007, às 8h45min.

<http://www.cm-soure.pt/freguesias-samuel.html>. Acessado em 30 nov. 2007, às 10h40min.

<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11054.htm>. Acessado em: 30 nov. 2007, às 17h40min.

<http://blogdaformacao.wordpress.com/2006/02/08/a-certificacao-de-competencias-nao-formais-e-informais/>. Acessado em: 1 dez. 2007, às 10h00.

http://www.educacao.sp.gov.br/noticias_2005/2005_10_06_a.asp. Acessado em: 1 dez. 2007, às 11h24min.

ANEXOS

ANEXO 1

Associação do concelho de Soure Samuel certifica alunos da escola da vida

A vida é a melhor escola do ser humano. As empresas e entidades empregadoras não têm dúvidas e procuram manter a colaboração dos funcionários mais competentes mas...por vezes surgem contra-tempos que impedem os trabalhadores de progredirem na sua carreira. O problema não é recente e afecta muitas pessoas que, apesar das competências, não dispõem dos anos de escolaridade exigidos como meio de progressão da carreira.

Este problema tem os dias contados e pode ser solucionado em uma associação do concelho de Soure. Na freguesia de Samuel, próximo de Montermor-o-Velho, existe uma instituição designada de Associação Cultural e Recreativa de Samuel que está apta a certificar as competências dos jovens e adultos interessados em submeter-se aos exames da equipa certificadora.

Durante uma visita à associação, O correio de Pombal, apurou que o Ministério da Educação tem um programa, conhecido por sistema de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências. Na prática, este processo permite, pela apresentação dos resultados da experiência de vida, de trabalho e de formações não certificadas, com a ajuda de profissionais especializados, identificar as competências que foram

adquiridas ao longo da vida pelos candidatos. O processo termina com a validação e certificação dessas competências.

A certificação obtida através deste sistema permite, ainda, o prosseguimento de estudos/formação. Os destinatários deste programa são, essencialmente, jovens e adultos com mais de 18 anos sem escolaridade básica de nove, seis ou quatro anos.

Teresa Pedrosa, coordenadora do Centro de Reconhecimento de Competências, afirma que o programa tem uma grande procura. O tempo que o candidato leva até atingir o seu objetivo final depende da pessoa em análise.

“Por vezes surgem interessados que tiram férias e disponibilizam-se para fazer os exames com maior frequência. Porém, existem outras situações que, por falta de tempo disponível, levam mais tempo. Mas os objetivos são comuns: obter a certificação das suas competências” esclarece.

A associação Cultural e Recreativa de Samuel é uma instituição particular de solidariedade social fundada em 1982 com várias valências de âmbito social e educação. A instituição desenvolve acções de formação financiadas pela União Europeia. Curiosamente, no dia em que visitamos a instituição, Horácia Pedrosa, presidente da direcção da instituição, foi informada que tinha autorização para iniciar novos cursos de formação.

A entidade está apta a responder a várias carências sociais da comunidade. Horácia Pedrosa, com o apoio das suas técnicas superiores Clara Santos, Joana

Rodrigues e Teresa Pedrosa e ainda 82 funcionários, dá uma resposta às crianças através das valências de creche e jardim de infância, aos idosos no centro de dia, centro de convívio, apoio domiciliário e apoio domiciliário integrado (idosos acamados). Os tempos livres de crianças e jovens também estão assegurados e até as crianças em situação de risco podem suavizar a sua dor e sofrimento junto de uma família de acolhimento. O serviço é designado de Bolsa de Famílias de Acolhimento. No total, a instituição é responsável pela promoção de acções de bem-estar de mais de 200 utentes.

A nível do ensino e educação promove, em colaboração com a Direcção Regional de Educação, acções de formação e alfabetização, o que permite aos adultos beneficiar de uma segunda oportunidade educativa.

Paula Marques

ANEXO 2

Programa Escola da Família amplia cursos e motiva comunidade

O programa Escola da Família Municipal na Escola “Professor Dirney José Rossi”, no bairro da Nova Trieste, está desenvolvendo, nos finais de semana, cursos de informática, pintura em tecido, artesanato, aulas de violão, inglês, oficina de pães e outros, além de projetos de recreação, esportes e sala de brinquedoteca.

O universitário Eduardo Casado, monitor do programa desde outubro passado, explica que foram criadas quatro novas turmas de informática, com mais de 40 participantes no total. “O sucesso do curso vem da vontade das pessoas da comunidade em melhorar sua qualificação para o trabalho e do desejo de crescimento pessoal” diz ele.

Também foi instalada a oficina de culinária, onde, além da panificação, os participantes trocam receitas e dicas para melhorar o cardápio, gastando pouco dinheiro e evitando desperdício de alimentos. “Todos os domingos preparamos algum prato que posteriormente é degustado pelos freqüentadores da escola”, explica Eduardo.

O universitário Anderson também comenta sobre a parceria da faculdade com o Programa Escola da Família. “Participo do Programa Escola da Família desde o dia 4 de fevereiro e estou muito feliz por essa oportunidade que me surgiu, pois não tinha

condições financeiras para estudar, e a parceria está me ajudando muito, mesmo morando em Jundiá”.

Ele trabalha com a parte de recreação, jogos e informática “Minha meta é ajudar cada vez mais as crianças dessa comunidade, pois necessitam de atenção, lazer entre outros”, afirma.

Além dos universitários participam também do Programa Escola da Família na EMEF Dirney José Rossi a gestora Edilaine C. Gimenez da Silva e a educadora Rosely Dias. O coordenador do Programa no município é o professor Donizetti Edílson Bastos.

As inscrições permanecem abertas para todos os cursos.

ANEXO 3

Mapa do Concelho de Soure – freguesia de Samuel – Portugal:



ANEXO 4

Mapa da cidade de Jarinu SP- Brasil

